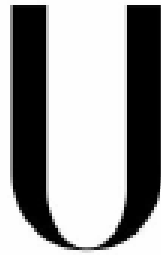


Dissertação de Mestrado

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA**



LISBOA

**UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**INFERÊNCIAS ESPONTÂNEAS DE TRAÇO E
EXPECTATIVAS**

Luís Paulo Melo de Almeida e Silva

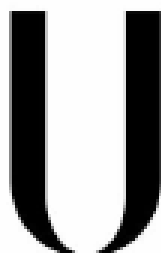
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Cognição Aplicada)

2013

Dissertação de Mestrado

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**INFERÊNCIAS ESPONTÂNEAS DE TRAÇO E
EXPECTATIVAS**

Luís Paulo Melo de Almeida e Silva

Dissertação orientada pela Prof. Doutora Tânia Ramos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Cognição Social Aplicada)

2013

RESUMO

As inferências espontâneas de traço têm ocupado um lugar de destaque na investigação da percepção social e têm sido sistematicamente evidenciadas como um fenómeno robusto. Este efeito ocorre quando é inferido um traço da personalidade a partir de um comportamento observado e que fica associado ao actor. Está por esclarecer em que medida a inferência é armazenada na memória de longo prazo e se a informação nela contida pode ser utilizada em julgamentos posteriores. O objectivo central desta tese consiste em estudar o papel das inferências espontâneas de traço na criação de expectativas e possíveis implicações para a compreensão dos processos subjacentes a este efeito, bem como daqueles em que assentam as transferências espontâneas de traço. Este segundo efeito ocorre quando um traço da personalidade inferido é associado a uma terceira entidade sem relevância para o comportamento. Não tendo ainda surgido resultados que evidenciem o papel das inferências espontâneas de traço na criação de expectativas, é proposta a realização de uma experiência recorrendo a uma adaptação do paradigma dos falsos reconhecimentos e, incluindo uma medida de tempos de leitura de comportamentos consistentes ou inconsistentes com a IET. São debatidas as implicações dos resultados para a investigação futura.

Palavras-Chave: inferência espontânea de traço, transferência espontânea traço, expectativa, associativo, atribucional.

ABSTRACT

Spontaneous trait inferences achieved a prominent stand in the social perception literature with systematically copious evidence of a robust phenomenon. This effect occurs when a trait of personality is inferred from a behavior and somehow that trait is bound to the actor. It is still an open issue the inference is stored in the long term memory and whether it might be used in future judgments. The aim of the present study is to explore the role of spontaneous trait inferences in forming expectations and the implications of this issue to understand its underlying processes as well the processes underlying spontaneous trait inferences. This effect occurs when a trait of personality is transferred to a third and irrelevant entity to the behavior. In the absence of clearly evidence demonstrating the role of spontaneous trait inferences in the creation of expectancies, an experiment is proposed using a modified version of the false recognition paradigm, which includes a reading times measure of consistent and inconsistent behaviors with the previous STI. Possible implications of the results to future research are discussed.

Keywords: spontaneous trait inference, spontaneous trait inference, expectation, associative, attributional.

Índice

1. Introdução	8
1.1. Inferências espontâneas de traço	9
1.1.1. Os paradigmas da investigação	11
<i>a. Paradigma da recuperação com pistas</i>	12
<i>b. Paradigma da reaprendizagem</i>	15
<i>c. Paradigma de reconhecimento do alvo</i>	18
<i>d. Paradigma dos falsos reconhecimentos</i>	20
<i>e. As críticas aos paradigmas</i>	22
1.2. Transferências espontâneas de traço	23
1.3. Os processos subjacentes às inferências espontâneas de traço e às transferências espontâneas de traço (atribuição/associação e a ligação ao actor)	26
2. O Presente Estudo	31
2.1. Método	32
2.2. Resultados	34
2.3. Discussão	37
3. Proposta de investigação	40
3.1. Geração dos materiais de estímulos	41
3.2. Método	45
3.3. Resultados	45
4. Conclusão	46
5. Referências	47
6. Outras leituras	56

1. Introdução

Quem é que nunca experimentou iniciar uma conversa com uma pessoa acabada de conhecer e ter a impressão de já saber alguma coisa sobre ela? Quem é que também nunca formou uma má impressão sobre uma pessoa sentada ao lado de um político desonesto? – mesmo que acerca da pessoa não lhe seja conhecida nenhuma conduta reprovável. Talvez estejamos habituados a ouvir pessoas afirmar que conhecem muito bem os outros, que são muito bons julgadores de personalidades e que nada lhes escapa. Mas como poderemos ter esse conhecimento sem a oportunidade de interagir com todas as pessoas que julgamos, testar as avaliações que fazemos e construirmos uma representação com base num raciocínio elaborado? Vivemos num mundo iludidos com a percepção de controlo e, afinal, será o papel da razão na percepção social sobrestimada?

De um ponto de vista evolutivo, a necessidade de conhecermos rapidamente os outros e de nos habilitarmos a prever os comportamentos daqueles com que entramos em relação representaria uma competência fundamental. Conhecer os outros por antecipação seria uma questão de sobrevivência. A Psicologia Social tem desenvolvido um extenso arsenal de conhecimento sobre a percepção social descobrindo e explicando os mecanismos através dos quais a mente conserva e processa a informação que permite às pessoas compreender o mundo social (para uma revisão ver Moskowitz, 2005).

Numa investida científica inédita, Ash (1946) lançou as bases para uma produção científica que se propagou por diversas vias para explicar as formas como as impressões iniciais sobre uma pessoa se formam a partir de uma informação reduzida e sem esforço cognitivo. Entre as múltiplas inferências sociais, as pessoas utilizam os traços de personalidade para realizar julgamentos sobre os outros (Hastie & Kumar, 1979) e esta capacidade é adquirida desde cedo (Benenson & Dweck, 1986; Snodgrass, 1976). Inicialmente estudadas como processos deliberados (Heider, 1958; Jones & Davis, 1965; Kelley, 1967), o estudo das inferências dos traços de personalidade conheceu um novo rumo quando Winter e Uleman (1984) trouxeram à evidência que estas inferências podem ocorrer inconscientemente e sem intenção e, daí, a designação com que foram baptizadas: espontâneas – formadas inconscientemente e sem intenção.

Assim como Alexander Fleming (1881/1955) descobriu o efeito bactericida da penicilina por acaso, Carlston, Skowronski, e Sparks (1995, Experiência 4) obtiveram um efeito lateral inesperado numa experiência sobre inferências espontâneas de traço:

os traços de personalidade revelaram-se associados ao descritor do comportamento de um actor e não a este. Nasceram, assim, as transferências espontâneas de traço (TET) que conquistaram o interesse da comunidade científica com o estudo que Skowronski, Carlston, Mae, e Crawford (1998) lhes dedicaram especificamente. Estudadas por contraposição às IET, as TET contribuíram também para estudar os mecanismos cognitivos subjacentes às IET (Bassili & Smith, 2002; Carlston & Skowronski, 2005; Crawford, Skowronski, & Stiff, 2007; Crawford, Skowronski, Stiff, & Leonards, 2008; Crawford, Skowronski, Stiff, & Scherer, 2007; Mae, Carlston, & Skowronski, 1999).

Se as IET são semelhantes às inferências de traço realizadas intencionalmente, então elas deverão ser armazenadas em memória para realizar julgamentos e tomar decisões relativamente aos outros. Assim como conhecer na véspera o estado do tempo para o dia seguinte constitui uma vantagem para decidir o futuro, as expectativas que temos dos outros moldam o nosso julgamento e comportamento. No entanto, ainda não está bem definido o papel funcional das IET em relação às expectativas.

Foi realizada uma experiência com a finalidade de avaliar o papel das IET na criação de expectativas. Ao comparar os fenómenos de IET e de TET, o estudo tem também por finalidade obter uma melhor compreensão dos processos subjacentes e da natureza destes fenómenos.

1.1. Inferências espontâneas de traço

Falar de inferências espontâneas de traço passa por um pouco de história. O estudo clássico das inferências de traços de personalidade é realizado com instruções explícitas (*e.g.*, Kelley, 1967). O estudo da atribuição causal pressupõe a adopção de métodos experimentais em que os sujeitos são instruídos para produzir inferências. Contrariando esta tendência, Winter e Uleman (1984) realizaram duas experiências com instruções de memória nas quais os sujeitos foram expostos a frases descritivas de um comportamento implicativo de um traço de personalidade como, por exemplo, “a secretária resolve o mistério a meio do livro”. Após a realização de uma tarefa distractora, foi-lhes pedido que se recordassem das frases que haviam lido. A um grupo de sujeitos foram dadas pistas semânticas, a um segundo pistas disposicionais (*i.e.*, traços – para o exemplo da frase citada “inteligente”) e, ao terceiro, nenhuma pista. Após a tarefa de recordação da Experiência 1, dois terços dos sujeitos foram

confrontados com um questionário mediante o qual lhes foi perguntado (a) se adoptaram alguma estratégia de recuperação e qual; (b) a estimativa do tempo que usaram com quatro estratégias de recuperação plausíveis e; (c) numa escala de 11 pontos, qual o peso que cada tipo de pista teve na tarefa de recordação ou se utilizaram pistas próprias. Os resultados revelaram que os sujeitos fizeram inferências espontâneas de traço: recordaram as frases ou parte delas que leram a partir das pistas fornecidas, levando as pistas semânticas e de traço a melhor recordação das frases do que a condição sem pistas (Experiência 1). Os resultados da segunda experiência demonstraram que as pistas disposicionais, mais do que os associados do predicado, beneficiavam a recordação, o que levou os autores a concluir que estas estavam associadas aos actores. Assim surgiram as inferências espontâneas de traço: sem intenção (ausência de instruções de formação de impressões) e sem consciência.

O estudo de Winter e Uleman (1984), ao pretender arrepiar o modelo de investigação causal, não foi inteiramente puro. Na verdade, aos sujeitos foi pedido que memorizassem as frases implicativas de traço a fim de realizarem um teste de memória no qual eram apresentadas pistas relacionadas com as frases. Tal não exclui a intervenção de processos deliberados durante o teste. Portanto, a medida não foi inteiramente implícita além de que o anúncio de que seria realizado um teste sobre as frases apresentadas poderia ter activado estratégias de memorização. Winter, Uleman, e Cunniff (1985) conduziram um novo estudo com instruções de memória para dígitos. Foram exibidas sequências de cinco algarismos, um de cada vez, numa série de 16 testes. O sujeito tinha que ler em voz alta cada algarismo e, finda a apresentação da sequência de dígitos, tinha também que ler em voz alta uma frase (distractora) implicativa de traço. Depois, então, realizava-se a recordação da sequência de algarismos. O último teste apresentava variações em relação aos outros: a última frase era lida por duas vezes, o sujeito classificava numa escala de 11 pontos o quanto tinha pensado em imagens visuais, associação de palavras, quem tinha causado a acção da última frase e características da personalidade do actor. Depois realizava-se a tarefa de recordação dos dígitos e uma tarefa distractora com 12 anagramas e, finalmente, era apresentada aos participantes uma folha para escreverem as frases a partir de pistas disposicionais, semânticas e de *gist*¹ ou sem pistas. As inferências disposicionais (marginalmente

¹ A palavra *gist* pode ser traduzida como essência, fundamento ou tema, ou até nexos, dependendo do contexto em que é empregue pretendendo-se com ela designar o significado de um contexto. Tendo em atenção o seu uso corrente na Cognição Social, empregaremos o vocábulo inglês.

superiores às *gist*) revelaram-se mais eficazes do que os associados semânticos das frases e resultaram no reforço da evidência da geração de IET durante a leitura das frases.

No seu estudo precursor, Winter e Uleman (1984), verificando que na ausência de instruções para formar impressões os participantes não tiveram consciência de terem realizado inferências, quer na codificação quer na recuperação com pistas, e porque a experiência não tinha sido desenhada com estímulos para interferir no processo inferencial, suscitaram prudentemente a possibilidade de as IET constituírem processos automáticos. Quando no estudo seguinte (Winter, Uleman, & Cunniff, 1985) se interrogaram quanto automático é o julgamento social, concluíram que o desencadeamento do processo inferencial é mais automático do que até então havia sido demonstrado mas que ocorre sob fraca ou passageira consciência. Porém, a investigação posterior veio demonstrar que o efeito de IET não é inteiramente automático de acordo com os quatro postulados – consciência, intenção, eficiência e controlo – de Bargh (1994). Por exemplo, Lupfer, Clark, e Hutcherson (1990) não encontraram efeitos de carga cognitiva mas Wells, Skowronski, Crawford, Scherer, e Carlston (2011) encontraram evidência de que a carga cognitiva interfere com a formação de IET e que essa interferência resulta de diferenças individuais na memória de trabalho.

Noutra perspectiva, as IET podem ser inibidas com um comportamento inconsistente com um estereotipo já activado (Wigboldus, Dijksterhuis, & van Knippenberg, 2003), diferenças individuais podem estar na origem de diferenças no processamento de informação complexa de traços da personalidade durante a codificação (Uleman, Winborne, Winter, & Shechter, 1986) bem como culturais (Zárate, Uleman, & Voils, 2001) ou, ainda, decorrentes da necessidade de estrutura (Moskowitz, 1993). Trata-se, portanto, de um efeito que não é incondicional e cuja ocorrência pode depender de múltiplas variáveis.

1.1.1. Os paradigmas da investigação

A ciência psicológica não tem dado mostras de fadiga na busca de desenhos experimentais que permitam estudar o mesmo efeito psicológico. É desejável que os resultados sejam escrutinados, especialmente quando podem ser utilizadas vias alternativas para os interpretar. Constituindo embora a regra de ouro da ciência, a

replicação de resultados parece assistir a uma recrudescência decorrente da escassez de recursos para realizar experiências (Winerman, 2013). O estudo precursor de Winter e Uleman (1984), parece ter acordado a comunidade científica para um fenómeno novo, a qual não hesitou em testá-lo e desafiá-lo segundo modelos alternativos.

a. Paradigma da recuperação com pistas

Quando é que os julgamentos sociais são feitos? – é esta a pergunta que Winter e Uleman (1984) se colocaram, propondo-se investigar a possibilidade de as inferências de traço ocorrerem sem que aos sujeitos tenha que ser colocada uma questão atribucional. Para tanto, procuraram o estímulo e o modelo de memória adequados a testar a hipótese. Smith e Miller (1979; 1983) já haviam suscitado a possibilidade de as inferências de traço fazerem parte do processo de compreensão da leitura de texto, isto é, de serem feitas implicitamente e armazenadas na memória juntamente com a representação da frase durante o processo de compreensão do texto, tal como Reder (1979) também havia sugerido para as inferências que são plausíveis no contexto da história apresentada aos sujeitos. Ainda antes, Bransford e Franks (1971) e Bransford, Barclay, e Franks (1972) haviam demonstrado, para estímulos apresentados oralmente pelo experimentador e testados numa prova de reconhecimento escrita, que os sujeitos faziam inferências espontâneas, isto é, revelavam informação que não era fornecida linguisticamente. Portanto, iam para além da informação dada. Estes estudos e ideias foram antecessores importantes do estudo de Winter e Uleman.

A hipótese de que as inferências são produzidas durante a codificação pressupõe necessariamente um modelo explicativo da memória. O estudo de Winter & Uleman (1984) consistiu num teste directo da possibilidade de as inferências sobre a personalidade serem geradas durante a codificação do comportamento observado. Para testar a hipótese os autores fizeram uma adaptação do paradigma da especificidade da codificação de Tulving e colaboradores. O processo de codificação ocorre entre a percepção de um estímulo e a criação do traço correspondente. Alguns itens, porém, que ficam armazenados na memória apenas são recuperados quando se tornam acessíveis na presença de pistas adequadas (Tulving & Pearlstone, 1966). Uma pista só é efectiva se for armazenada simultaneamente com a informação que tem que ser recuperada no teste (Tulving & Osler, 1968). De acordo com este modelo, as condições em que a

codificação do estímulo percebido é feita determina o que é armazenado o que, por sua vez, determina quais as pistas efectivas para aceder à informação (Tulving & Thomson, 1973). Assim, a utilização de uma pista facilitará a recuperação da informação em comparação com a ausência de pistas ou com pistas que não tenham sido armazenadas juntamente com o estímulo durante a codificação. A informação pode estar disponível na memória mas inacessível por falta de uma pista (Tulving & Pearlstone, 1966). Como Craik e Lockhart (1972) notaram, as condições da codificação referem-se às “exigências do processamento impostas pelo paradigma experimental e pelo material a ser recordado” (p. 674). Estes autores defendem que o traço é um subproduto da análise perceptiva e que a sua subsistência na memória de longo prazo depende do nível de processamento. Mais especificamente, estímulos familiares ou com significado para o sujeito são bem acolhidos pelas estruturas cognitivas donde que serão processados rapidamente a um nível mais profundo mas a sua retenção – e é este o ponto fulcral que interessava para o estudo de Winter e Uleman (1984) – em condições de percepção implícita depende de outras variáveis, designadamente o plano experimental, ou seja, o ónus de conduzir o sujeito a um processamento incidental da informação pertence ao experimentador, pois, é este que vai controlar se o sujeito está ou não com atenção à tarefa da qual terá que resultar a inferência: a pista efectiva.

Estes postulados teóricos permitiram a Winter e Uleman (1984) assentar a sua investigação numa base confortável para estudar o carácter implícito das IET e a sua ocorrência na codificação. Depois de vários pré-testes para constituir os materiais da experiência (*e.g.*, construção de frases evocativas de disposições atribucionais e despiste de associados semânticos) e iniciado o procedimento experimental, os sujeitos leram 18 frases implicativas de traço (Experiência 1), após o que se seguiu uma tarefa distractora para limpar a memória de trabalho. Finda esta tarefa os sujeitos realizaram a prova de reconhecimento, tentando lembrar-se de tantas frases (ou parte delas) quanto possível, após o que lhes foi questionado sobre as operações mentais e estratégias de memorização que pudessem ter adoptado. A Experiência 2 seguiu o mesmo formato, porém, reduzido a 12 frases para eliminar os predicados mais fortemente associados com comportamentos e as pistas semânticas foram substituídas por associados do verbo. Na experiência 1 as pistas disposicionais e semânticas revelaram sensivelmente a mesma eficácia mas na Experiência 2 as pistas disposicionais foram mais eficazes do que as semânticas. O facto de, no todo, terem sido recordadas mais frases inteiras do que parte delas através de pistas disposicionais levou os autores a sugerir que as

inferências foram feitas a partir das frases durante a codificação e enquanto estiveram presentes na memória de curto prazo.

Partindo do pressuposto de que os comportamentos apenas serão codificados como traços ou atributos da personalidade quando ao sujeito for pedido um processamento específico da informação com um determinado objectivo, Wyer e Srull (1986, ver nota de rodapé 7) desafiaram abertamente a conclusão do estudo de Winter e Uleman (1984). De acordo com estes autores, os traços utilizados como pistas podem ter feito correspondência (*match*) com elementos do comportamento codificado e, assim, estes e não o traço podem ter guiado a recuperação da frase. Como os sujeitos com um objectivo de memória não são explicitamente instruídos para inferir os traços na altura da codificação – e apenas os sujeitos numa condição de formação de impressões poderiam inferir o traço (Wyer & Gordon, 1982) – os resultados de Winter & Uleman (1984) espelham a adopção de uma estratégia consciente de recuperação da informação na realização da tarefa de recordação. Assim, a eficácia dos traços na recordação dos comportamentos pode ser explicada por processos que ocorrem simplesmente durante o teste.

Winter e Uleman (1984, p. 249) anteciparam de certo modo esta crítica mas não conseguiram afastá-la convincentemente. Aduzindo embora um argumento interessante, o de que a ocorrência das inferências durante a recuperação das frases levaria a uma maior proporção de recuperação de frases na condição sem pistas – porque as frases teriam que ser recuperadas da memória de longo prazo antes de realizadas as inferências –, ficaria por explicar a função das pistas. Se o modelo de Tulving e dos seus colaboradores (*e.g.*, Tulving & Pearlstone, 1966) era efectivamente o mais adequado para testar a hipótese, então, só as pistas efectivas permitiriam recuperar as frases. Por outras palavras, na linha do estudo de Wyer e Srull (1986), a proporção de frases recuperadas na condição sem pistas da experiência de Winter e Uleman (1984) não foi equivalente à da recuperação de frases no objectivo de recuperação com pistas disposicionais porque só no último caso as pistas continham elementos da representação do comportamento codificado; logo, sem a pista não foram activados conceitos do traço ou esquemas que tornassem a informação acessível (Srull & Wyer, 1979).

Sendo razoavelmente certa a crítica de Wyer e Srull (1986), importa ter presente que as suas experiências contêm uma fase de primação de adjectivos e, assim, as manipulações de variáveis não são idênticas àquelas que foram apresentadas aos sujeitos de Winter e Uleman (1984). Em todo o caso, Uleman e Moskowitz (1994)

marcaram um ponto a favor da realização das IET durante a fase da codificação ao manipular os objectivos de processamento dos participantes. Neste caso (*e.g.*, Experiência 2), ao instruírem os três grupos de participantes para analisarem grafemas, fonemas ou outros aspectos semânticos das frases que foram lidas, as IET ocorreram mas a uma taxa muito inferior à que foi obtida com instruções de memória. A redução desta taxa teria que ser explicada com a interferência dos objectivos na formação das inferências durante a *codificação* dos comportamentos; as condições da fase de recuperação não variariam donde que a inferência teria que ocorrer durante a codificação e outros paradigmas providenciariam melhor evidência.

Não obstante, este paradigma sofreu um golpe ainda hoje por explicar. D'Agostino e Beegle (1996) postularam que os resultados de Winter e Uleman apenas seriam possíveis num delineamento experimental intra-sujeitos e, segundo este factor, replicaram os resultados de Winter e Uleman (1984) (Experiência 1); o objectivo de processamento com pistas de traço disposicionais revelou resultados de recuperação superiores à condição sem pistas. Porém, ao repetir o estudo segundo um factor inter-sujeitos a superioridade da eficácia das pistas-traço desapareceu. Apesar de Uleman, Hon, Roman, & Moskowitz (1996) terem tentado interpretar os resultados de D'Agostino e Beegle (1996), é um fenómeno que, sem dúvida, coloca em causa os resultados iniciais de Winter e Uleman (ver Uleman, Rim, Saribay, & Kressel, 2012).

b. Paradigma da reaprendizagem

Tal como Wyer e Srull (1986), Carlston e Skowronski (1986, nota de rodapé 2, p. 6) duvidaram que as pessoas pudessem inferir traços espontaneamente, ou seja, na ausência de instruções. Porém, não deixaram de lançar o seu contributo para esclarecer se as pessoas fazem IET quando são expostas a comportamentos. Bassili e Smith (1986) já haviam ensaiado uma medida mais indirecta do que Winter e Uleman (1984) ao utilizarem um teste de completamento de adjectivos de traços. A palavra traço seria assim constituída por algumas letras e a tarefa dos participantes consistiria em completar o fragmento com a primeira palavra que lhes ocorresse. Esta tarefa revelar-se-ia como uma medida sensível da activação do conceito durante a fase de exposição. Porém, esta medida não convenceu Carlston e Skowronski (1994) porque os resultados obtidos por Bassili e Smith (1986) foram os mesmos que seriam obtidos com

uma medida explícita: os participantes da condição de formação de impressões realizaram IET mas já o mesmo efeito não se verificou com os participantes da condição de memória (i.e., o completamento de traços foi muito superior na condição de formação de impressões do que na condição de memória, na qual o completamento correcto dos fragmentos apresentou um nível muito baixo). Assim, Carlston e Skowronski (1994) procuraram encontrar uma medida implícita de memória mais fina das que até então tinham sido utilizadas na investigação.

Os estudos de Hyde e Jenkins (1969) e de Craik e Lockhart (1972) legaram para a investigação posterior caminhos para a construção de métodos mais eficazes para analisar os efeitos das diferentes estratégias de codificação na memória e da retenção da informação, designadamente no que respeita ao papel das instruções: numa tarefa de aprendizagem acidental os sujeitos não recebem instruções específicas de aprendizagem e, por conseguinte, o método é mais limpo na comparação das diferentes estratégias de codificação (Nelson & Vining, 1978). Criticando o modelo de Tulving e Thomson (1973) como pouco sensível à relação entre recordação e reconhecimento, principalmente porque o mesmo item não é escrutinado nas duas tarefas, Nelson (1978) propôs-se relacionar a sensibilidade da medida de recuperação da informação adquirida numa fase de exposição através da tarefa de reconhecimento por contraposição à medida obtida numa tarefa de reaprendizagem. Mais especificamente: de um lado, a tarefa de reconhecimento na qual o sujeito teria que reconhecer o alvo; de outro, a tarefa de recordação na qual o sujeito teria que gerar ele próprio o alvo. Ambas as tarefas eram realizadas com pistas. Este modelo, que é construído com muito detalhe neste estudo, é inspirado nos estudos clássicos de Ebbinghaus (1885/1913) sobre memória implícita. Para a medir, Ebbinghaus construiu uma lista de sílabas para ser testada. Quanto mais baixa fosse o número de ensaios relativamente ao primeiro, maior seria a economia² na aprendizagem. Neste modelo está ínsita a ideia de que a informação torna-se mais acessível à medida da repetição da aprendizagem da lista e que se traduz numa economia de tempo ou de ensaios. Este paradigma pode ser utilizado para pares associados (Nelson, 1971) bem como para tarefas de recordação livre (Nelson & Vining, 1978) e o grande contributo destes estudos foi o de reduzir o número de ensaios a um só mas apenas para os itens esquecidos; estes, que não foram previamente reconhecidos, é

² *Economia* parece ser o termo que melhor se adapta à tradução de *savings* e ao alemão de *Arbeitserspanis* do original de Ebbinghaus (1885), como *economia de trabalho*. De resto, *economia* parece ser o termo adoptado na terminologia psicológica continental (Nicolas, 1992).

que dão a informação sobre a economia e é esta a vantagem sobre de reconhecimento e de recordação: estas apenas originam respostas incorrectas mas não pequenas unidades de informação que estão disponíveis na memória mas não acessíveis. Daí a reaprendizagem ser mais sensível para medir a memória implícita do que o reconhecimento ou a recordação (Nelson, 1985).

Inspirados pelos resultados descritos, Carlston e Skowronski (1994) adaptaram o modelo da reaprendizagem de Ebbinghaus (1885/1913) e realizaram cinco experiências com algumas variantes mas em torno de uma mesma matriz. Os sujeitos eram expostos a pares de fotografias emparelhadas com auto-descrições de comportamentos fortemente implicativas de traços da personalidade em três condições: geração de traços (aos sujeitos foi pedido que pensassem num traço específico para descrever o comportamento lido), formação de impressões (pedia-se aos sujeitos para, explicitamente, tentar formar uma impressão acerca dos actores com base na informação comportamental) e familiarização (pedia-se aos sujeitos apenas para observar a fotografia e a informação escrita – a instrução dizia que se tratava de uma fase de familiarização com os materiais a fim de serem utilizados mais tarde na experiência). Esta terceira condição constituía a condição crítica na medida em que se estes participantes realizassem inferências de traço provavelmente seriam espontâneas. Finda a fase de exposição, os participantes iniciavam uma fase de confusão durante 15 minutos, durante a qual eram apresentadas auto-descrições de comportamentos, metade das quais com os mesmos traços utilizados na fase de exposição. Finda a apresentação de cada par, os sujeitos tinham que decidir qual a pessoa de que gostavam mais. Depois, os participantes completavam uma tarefa distractora adicional na qual procuravam durante quatro minutos o nome de psicólogos famosos numa sopa de letras. Todo este aparato teve por finalidade enfraquecer a capacidade de recordação explícita das frases posteriormente. Numa fase posterior de aprendizagem os participantes eram confrontados com fotografias utilizadas na fase de exposição emparelhadas com os traços de personalidade correspondentes ou com pares de fotografias e traços novos, sendo-lhes pedido para recordarem a informação. Depois de realizarem uma nova tarefa distractora com a duração de quatro minutos, os participantes iniciavam a tarefa de recordação com pistas. Aqui, as fotografias da fase de aprendizagem eram apresentadas e era pedido aos sujeitos para se recordarem e escreverem numa folha o traço que havia sido emparelhado com cada fotografia. No caso de não se lembrarem do traço deveriam

tentar adivinhá-lo.³ Os resultados revelaram um efeito de economia na aprendizagem, com uma melhor recordação dos traços na condição de reaprendizagem do que na condição de controlo. O mesmo padrão verificou-se quando se aplicaram variantes para despistar a familiaridade de traços nos quais a condição de controlo é formada por fotografias fase de aprendizagem emparelhadas inicialmente com comportamentos neutros (Experiência 4).

Uma das vantagens deste método é o de que, segundo os autores, os materiais utilizados afastaram a hipótese de as inferências de traço serem formadas na recuperação da informação (Carlston & Skowronski, 1994, Experiências 2, 3 e 4), embora tal não se possa assegurar completamente. Os efeitos de economia na aprendizagem foram significativamente replicados e os resultados das experiências pareceram confirmar as IET como um fenómeno robusto (ver Carlston, Skowronski, & Sparks (1995).

c. Paradigma de reconhecimento do alvo

Este paradigma nasceu da procura de uma nova via para demonstrar que as IET são formadas durante a codificação. Uleman, Hon, Roman, e Moskowitz (1996) basearam-se na literatura da compreensão de texto para encontrar evidências de que as IET são feitas on-line. Embora para uma condição de formação de impressões, Carlston e Skowronski (1986) já haviam sugerido que o material da fase de exposição tinha favorecido a formação de inferências on-line. Antes deste estudo, também, e baseada na sua própria investigação (Park, 1986; Park & Flink, 1989; Park & Judd, 1989), Park (1989) defendeu que a decisão de que um traço caracteriza o alvo é tomada on-line mas o ajustamento de um método on-line às IET só veio a ser alcançado com a investigação de Uleman et al. (1996).

Neste estudo, os participantes leram parágrafos de uma a quatro frases. Era exibida uma frase de cada vez no monitor, carregando numa tecla passa-se à frase

³ O *guessing* não é propriamente controlável embora possa contar para a variância. Porém, sugerimos nós, talvez a medida resultasse mais fiel se, ao invés de pedir aos sujeitos que adivinhassem, fosse adaptado o procedimento recordar-saber de Tulving (1985) e os sujeitos escrevessem os traços de que não se lembrassem mas em relação aos quais se sentissem razoavelmente confiantes (Roediger & McDermott, 1995) de os terem visto emparelhados com a fotografia, aumentando, assim, a proporção dos resultados em conformidade com a percepção dos participantes.

seguinte até que surge uma palavra de teste. A tarefa consiste em indicar com tanta rapidez e tanta precisão possíveis se a palavra de teste estava incluída no parágrafo acabado de ler. No caso de as IET ocorrerem durante a codificação do comportamento é esperado que as palavras representam traços inferidos durante a compreensão do texto mas que dele não faziam parte sejam mais difíceis de rejeitar provocando mais erros ou tempos de resposta mais lentos do que as palavras não implicadas pelo texto (Experiência 1). A complexidade das frases não produziu efeitos principais significativos nem interação com outros factores. Os tempos de resposta foram consideravelmente mais lentos do que os reportados por McKoon e Ratcliff (1986), pelo que foram concebidos ajustamentos para as experiências seguintes. As Experiências 2 e 3 sofreram pequenos ajustamentos com cada resposta dada pelo sujeito seguida de um *feedback* através da indicação de que a resposta estava certa ou errada e do respectivo tempo de resposta. No geral, os tempos de resposta foram mais lentos para as palavras implicativas de traço implicadas nas frases lidas do que na condição de controlo, o que conduziu à conclusão de que os sujeitos realizaram IET durante a compreensão do texto. Como as IET foram realizadas no intervalo de 2 s, Uleman et al. (1996) não hesitaram em defender a sua formação durante a codificação. Face ao avanço da investigação até então feita, os resultados das experiências serviram, de acordo com os autores, como indicação de, sendo as inferências de traço realizadas on-line, podem ser menos sensíveis a processos de correcção através do contexto e podem passar despercebidas ao sujeito.

Este paradigma, também designado de reconhecimento da prova (a palavra teste), foi importado do trabalho de McKoon e Ratcliff (1986) sobre os processos de inferência que ocorrem durante a leitura de texto, mais precisamente sobre a inferência de acontecimentos previsíveis. O propósito do estudo de McKoon e Ratcliff (1986) foi o de estudar os processos de inferência que ocorrem durante a leitura de texto, partindo do pressuposto de que a inferência depende daquilo que é inferido e das condições da codificação, bem como se a utilidade da inferência também dependerá das condições presentes no momento da recuperação da informação. Portanto, embora posterior à descoberta das IET, o cuidado com que McKoon e Ratcliff (1986) prepararam o seu estudo – e desenvolvido posteriormente (*e.g.*, McKoon & Ratcliff, 1988; McKoon & Ratcliff, 1989; McKoon & Ratcliff, 1990; Ratcliff 1993) – integra-se na linha das preocupações de investigação de Winter e Uleman (1984). Apesar de a Experiência 1 de Uleman et al. (1996) consistir numa replicação muito próxima da Experiência 1 de

McKoon e Ratcliff (1986), os tempos de resposta obtidos foram mais longos do que aqueles que foram encontrados pelos investigadores do Illinois. Porém, os ajustamentos nas manipulações das duas experiências seguintes não deixaram margem para que Uleman e a sua equipa duvidassem de terem replicado o paradigma e encontrado evidência para a formação das IET on-line durante a codificação.

d. Paradigma dos falsos reconhecimentos

Este paradigma foi construído propositadamente para estudar e eventualmente resolver uma velha querela na investigação das IET: a inferência está ligada ao comportamento ou ao actor? Os resultados de Winter e Uleman (1984) induziram os investigadores a afirmar que uma das suas implicações seria a de que as pistas disposicionais não estavam necessariamente ligadas aos actores mas, eventualmente, apenas aos comportamentos. Vários autores forneceram dados que apontaram para a conclusão de que os traços activados espontaneamente pelos sujeitos em condição de memória representam apenas categorias de comportamentos (Bassili & Smith, 1986; Clayes, 1990; Whitney, Davis, & Waring (1994).

O procedimento típico consiste em apresentar aos participantes em condição de memória fotografias emparelhadas com frases descritivas de comportamentos relativas ao actor, algumas das quais contendo o traço que há-de ser apresentado na fase de reconhecimento. Depois, são-lhes apresentadas as mesmas faces emparelhadas com um traço de personalidade. Nesta segunda fase, os participantes devem responder o mais rapidamente possível se viram a palavra na frase descritiva do comportamento da mesma pessoa fotografada. No estudo inicial de Todorov e Uleman (2002), este procedimento sofreu algumas variações ao longo das experiências a fim de testar os antónimos como pistas de reconhecimento (Experiência 3), uma condição de formação de impressões (Experiência 4) e uma prova de recuperação das frases com pistas (Experiência 6). A medida da produção de IET é dada pela maior proporção de falsos reconhecimentos quando o traço implicado pelo comportamento é emparelhado com o actor do que quando a face do actor é emparelhada com outro traço anterior. Esta metodologia possui, na perspectiva dos autores, uma característica assinalável porque as exigências da tarefa de reconhecimento actuam contra a própria inferência de traços, ou seja, a ocorrência de IET leva a cometer erros, que se traduzem nas respostas incorrectas.

A familiaridade do traço pode ser reconhecida e, como provavelmente os participantes não conseguirão distinguir a origem do estímulo (Johnson, Hashtroudi, & Lindsay, 1993), os traços reconhecidos podem não ser, falsamente, atribuídos aos actores. Além disso, se o participante fizer inferências de traço deliberadas durante a codificação, poderá evitar falsos reconhecimentos. A ocorrência de falsos reconhecimentos constitui assim forte indicação do carácter implícito das inferências de traço.

Todorov e Uleman demonstraram também que os participantes fazem menos falsos reconhecimentos de traços antónimos relativamente ao traço implicado (Experiências 3 e 4). Este resultado é interessante e leva-nos a questionar em que medida o comportamento leva à activação de um único traço ou de um espectro semântico de informação. Collins e Loftus (1975) demonstraram que a primação de um conceito vai activar sucessivamente um conjunto de outros conceitos entre si relacionados, podendo essa propagação ir para além da categoria do conceito primado ou de cada um dos activados. Por outro lado, Gross, Fisher, e Miller (1989) reclamaram que, pelo menos na língua inglesa, os adjectivos de atributos estão organizados na memória semântica por relações de sinonímia e de antinomia. Os estudos de Skowronski, Carlston, Mae, e Crawford (1998) e de Mae, Carlston, e Skowronski (1999) revelaram que, nas TET, os traços inferidos não são afectados por outros traços de valência similar ou oposta. Porém, Todorov e Uleman (2002) obtiveram os resultados que anteciparam: os antónimos do traço implicado foram menos falsamente reconhecidos do que os traços de controlo (Experiências 3 e 4). Esta descoberta é importante porque se os tempos de resposta aos antónimos não se revelaram facilitados e o falso reconhecimento dos antónimos foi baixo, então, apenas o traço inferido do comportamento terá sido codificado.

Os resultados alcançados indicam não apenas a realização de IET mas também que as mesmas ocorreram durante a codificação, tanto mais que o plano experimental (especialmente se tivermos presente os estudos sobre tempos de resposta de McKoon & Ratcliff, 1986) foi concebido de modo que não permitiu margem para que as inferências ocorressem durante a fase da recuperação nem permitiu aos sujeitos fora da condição de formação de impressões adopção de estratégias explícitas de recuperação da informação.

Este paradigma foi modificado em Todorov e Uleman (2004) de modo a conter, na fase de exposição, duas fotografias e uma frase implicativa de traço relativa a uma delas (do actor) (Experiências 1 a 3) ou duas fotografias e duas frases implicativas de traço respeitantes a cada uma delas (Experiências 4 e 5). A tarefa de reconhecimento

consistiu em indicar se o traço implicado pela frase que tinha sido apresentada com a fotografia, quer do actor, quer da fotografia de controlo. Com estas modificações a medida das IET, entendidas como atributos do actor e não apenas meras associações na produção de inferências de traço, é dada pelo maior número de falsos reconhecimentos de traços implicados e mais respostas correctas no reconhecimento de traços explícitos relativamente às faces dos actores do que às de controlo. Se ao fazer IET os participantes não formarem espontaneamente atributos do actor, então, os falsos reconhecimentos relativos às faces dos actores tenderão a situar-se ao mesmo nível dos falsos reconhecimentos relativos às faces de controlo, bem como a probabilidade do reconhecimento dos traços apresentados explicitamente manter-se a mesma para as duas condições. Esta evolução do paradigma representou uma melhoria do controlo da ligação entre a IET e o actor e representou um salto qualitativo na demonstração da natureza do mecanismo de ligação das inferências à representação da pessoa, tendo os resultados indicado que os traços são espontaneamente inferidos do comportamento como também que os traços são espontaneamente ligados à representação do actor para além de elementos perceptivos meramente superficiais.

e. As críticas aos paradigmas

Esta sinopse sobre os paradigmas da investigação revela-nos não apenas a robustez do fenómeno das IET, que provavelmente ocorrem no mundo real, mas também o interesse que despertou na comunidade científica, quanto ao fenómeno em si mas também quanto ao aspecto metodológico. Daí encontrar-se ao longo da literatura a preocupação de encontrar medidas sensíveis ao teste da hipótese.

No entanto, apesar de elegantes experimentalmente, os paradigmas existentes continuam a ser alvo de algumas críticas, que colocam em causa a natureza implícita das IET e deixam em aberto a sua natureza atribucional. O paradigma do reconhecimento do alvo foi criticado por McKoon e Ratcliff (1986) uma vez que, sendo um paradigma on-line, não consegue distinguir entre mera activação de conceitos e verdadeiras inferências (i.e., inferências representadas em memória a longo prazo). Por seu lado, os paradigmas mais comumente utilizados hoje em dia na investigação de IET (paradigma de reaprendizagem e dos falsos reconhecimentos) apresentam dois problemas fundamentais. Primeiro, o facto de se apresentarem fotografias de pessoas

durante a codificação faz com que os paradigmas sejam extremamente vulneráveis a que os participantes comecem automaticamente a formar impressões (mesmo não sendo instruídos para tal). O facto de habitualmente não se encontrarem diferenças entre condições de memória e formação de impressões vem apoiar esta hipótese (Carlston & Skowronski, 1994; Todorov & Uleman, 2002). Segundo, o facto de a recordação explícita das frases durante o teste facilitar o desempenho faz com que estes paradigmas sejam permeáveis a contaminação explícita. Tal como iremos descrever mais adiante, no presente estudo, propomos uma nova medida de tempos de leitura que apresenta a vantagem da recuperação da informação anterior ser irrelevante para a tarefa. Esta medida torna-se também importante para distinguir entre os processos subjacentes às IET e TET, fenómeno que iremos explorar em seguida.

1.2. Transferências espontâneas de traço

A utilização da palavra transferência em Psicologia invoca automaticamente, ou quase, a transferência de emoções da pessoa para o psicoterapeuta e que as mais das vezes assume a natureza de uma resistência ao tratamento (Freud, 1916-1917/1920). O paciente sente pelo terapeuta os sentimentos que nutriu em experiências passadas com outras pessoas. Normalmente, trata-se da transferência de sentimentos sexuais relativos aos pais e que desencadeiam uma relação de transferência e contra-transferência entre paciente e terapeuta (Ryle, 2005). Mas não é desta transferência que trata a percepção social, embora importe ter presente que o processo consiste em alguém assumir ou ser investido nas características pessoais de um terceiro ou, de alguma forma, lhe ficar associado. Por exemplo, a relutância em dar más notícias (Tesser & Rosen, 1972; 1975; Tesser, Rosen, & Tesser, 1971) ou a má impressão que fica associada a quem dá (*kill-the-messenger-effect*) (Manis, Cornell, & Moore, 1974), as insinuações produzidas através dos *mass media* podem originar a formação de impressões sobre a fonte da informação (Wegner, Wenzlaff, Kerker, & Beattie, 1981), a pretensão de alguém sobressair através da apropriação das características de outra pessoa ou de alguma forma associando-se a ela mesmo que a relação seja superficial (Brown, Collins, & Schmidt, 1988; Cialdini, Borden, Thorne, Walker, & Freeman, 1976; Cialdini & De Nicholas, 1989) ou a associação de representações de pessoas conhecidas a pessoas desconhecidas que possam aparentar alguma semelhança, isto é, construir a representação de uma

pessoa estranha (o alvo) com a atribuição de características pessoais de pessoas com quem o participante mantém relações sociais relevantes, tendo em atenção que estas representações estão cronicamente acessíveis (Andersen & Baum, 1994; Andersen & Cole, 1990; Andersen, Glassman, Chen, & Cole, 1995), caracterizadas posteriormente como inferências não conscientes que podem ser produzidas a partir de estímulos subliminares (Glassman & Andersen, 1999). Neste último estudo, conclui-se que ocorre uma inferência enviesada quando a representação de uma pessoa que é próxima do participante é aplicada a uma pessoa estranha com quem se contacta pela primeira vez. De comum, estes estudos mostram que os traços de uma pessoa podem ficar associados a outra que acabou de conhecer-se.

Provavelmente, pelo menos nas palavras de Skowronski, Carlston, Mae, e Crawford (1998), o estudo de Winter e Uleman (1984) abriu caminho para uma nova investigação da transferência de traços de personalidade, a que não será alheio o facto de, ao pretenderem estudar as IET e de acordo com o paradigma da reaprendizagem, Carlston, Skowronski, e Sparks (1995, experiência 4) terem descoberto as TET. O desenho desta experiência destinou-se a explorar a possibilidade de as IET não ocorrerem quando um processo inferencial racional fosse contrário à sua ocorrência. Assim, as fotografias utilizadas na experiência retratavam não o actor mas alguém que iria descrever o comportamento de outra pessoa esperando, por consequência, que os traços implicados nos comportamentos não seriam atribuídos⁴ às pessoas fotografadas porque pertenceriam a outra pessoa. As hipóteses seriam (1) se a associação entre o traço e a pessoa requer um processo consciente e intencional, então, essa associação não deveria ocorrer para um comunicador; (2) se ocorrer “economia” (i.e., *savings*) na aprendizagem, então, significa que a associação ocorre independentemente do tipo de processo. Criaram-se duas condições para testar as hipóteses: semelhança – a pessoa fotografada iria descrever alguém que possuía características pessoais semelhantes às suas; mera associação – não lhes foi dada qualquer instrução de modo a os sujeitos não fazerem qualquer atribuição de traço à pessoa fotografada. Em ambas as condições a economia foi significativa o que levou os autores a sugerir que, embora os comportamentos não respeitassem ao comunicador e, por essa razão, os traços implicados não poderiam ser usados para fazer inferências sobre ele, aparentemente os estímulos ficaram-lhe associados e os participantes podem tê-los percebido como

⁴ Nesta altura ainda não se discute o processo subjacente às TET: associação vs. atribuição.

características do comunicador e não da pessoa descrita. Convocando os resultados dos estudos de Manis, Cornell, e Moore (1974) e de Tesser e Rosen (1975= Carlston, Skowronski, e Sparks (1995) foram mais longe sugerindo que os comunicadores estão sujeitos a ficarem associados às características do traço essencial dos outros a que respeita a mensagem.

No estudo seguinte, Skowronski, Carlston, Mae, e Crawford (1998) basearam a formação das TET num modelo de três estádios: activação do traço durante a interpretação do comportamento (*e.g.*, Gilbert, Pelham, & Krull, 1988; Trope, 1986), associação do traço (*e.g.*, Carlston, Skowronski, & Sparks, 1995, experiência 4; Manis, Cornell, & Moore, 1974) e influência do traço (*e.g.*, Pratkanis, Greenwald, Leippe, & Baumgardner, 1988). As experiências realizadas tiveram por finalidade estudar os processos subjacentes às TET tais como aqueles que são sugeridos pelo modelo. Embora o estudo tenha concluído que as TET constituem um fenómeno robusto (embora de amplitude menos forte do que as IET), que não é enfraquecido pelos objectivos de processamento, e que influencia as impressões reportadas através da demonstração que, numa escala de *rating* dos comunicadores, as associações formadas com o comunicador influenciam impressões de traço posteriores (3.º estádio – influência do traço).

Brown e Bassili (2002) fizeram uma descoberta desconcertante: uma banana pode ser supersticiosa. Os autores delinearam um plano experimental semelhante ao de Carlston e Skowronski (1994) mas na fase de exposição foram-lhes apresentadas duas faces (um actor e um espectador do mesmo sexo que ouvia o que o outro dizia) ou uma face e um objecto inanimado e, em qualquer caso, o actor fazia uma auto-descrição relativa ao seu comportamento; na fase de aprendizagem aos participantes foram apresentados pares de fotografias com traços e objectos com traços, metade dos quais utilizados na fase anterior, finalmente, na fase de recordação com pistas os pares utilizados na fase de aprendizagem foram apresentados aleatoriamente e os participantes tinham que indicar os traços que tinham sido emparelhados com os indivíduos ou os objectos na segunda fase. Os resultados confirmaram a que as IET são mais fortes do que as TET e que a eficácia das pistas por actores e por objectos não diferiram significativamente e sobrepuseram-se às pistas por espectadores. O dado mais significativo destes resultados é que os participantes realizaram TET relativamente a objectos, associando-lhes traços de personalidade, isto é, atributos que não respeitam à sua própria natureza (*e.g.*, banana - doce ou amarela). Esta evidência levou os autores a

concluir que, pelo menos de acordo com o paradigma da reaprendizagem, o traço espontaneamente inferido pode ser transferido para qualquer objecto, na ausência de um processo inferencial propriamente realizado sobre o estímulo e na ausência de um processo de percepção de pessoas (Clayes, 1990, já havia demonstrado que os traços poderiam ser codificados durante a leitura de frases sem sujeito, embora num estudo baseado nas IET).

1.3. Os processos subjacentes às inferências espontâneas de traço e às transferências espontâneas de traço (atribuição e a ligação ao actor)

O que é que acontece no cérebro para que um comportamento observado seja codificado através de um traço de personalidade? Uma resposta quase intuitiva: sendo os recursos cognitivos tão escassos () e regendo o cérebro a sua actividade pela lei do menor esforço (Reichle, Carpenter, & Just, 2000), se a informação não fosse compactada (*zipada* em linguagem corrente computadorizada) seria manifestamente impossível armazená-la em toda a sua extensão na memória e verbalizá-la com a sua recuperação.

Os adjectivos de traços da personalidade podem ser utilizados para descrever o comportamento bem como para caracterizar a pessoa que os realiza. Por exemplo, sorrir para alguém pode ser um gesto simpático como pode traduzir a simpatia de alguém. Quando as pessoas inferiram na narrativa shakespeariana que *Brutus* traiu *Caius Iulius Caesar*, representaram o seu comportamento ou atribuíram-lhe o traço de um traidor? E porque passaria *Brutus* para a posteridade como um traidor como se a sua vida se resumisse a isso, como se o seu comportamento absorvesse a sua pessoa (Quattrone, 1982)?

Tradicionalmente, o processo inferencial tem sido explicado em torno de dois modelos. Trope (1986) criou um modelo de dois estádios em que no primeiro ocorre um processo de identificação do comportamento (que será uma inferência de traço incompleta segundo Newman e Uleman, 1993) e, no segundo, um processo de inferência atribucional. Onde o primeiro se verifica a percepção do estímulo com a informação que permite identificar a categoria do comportamento, no segundo processa-se a inferência que é guiada por esquemas causais. Gilbert, Pelham, e Krull (1988) criaram um modelo de percepção de pessoas de composto por três estádios:

categorização (identificação do comportamento), caracterização (produção de inferências disposicionais sobre o actor) e correcção (ajustamento das inferências com informação situacional). Este estágio do ajustamento pode ser mais ou menos deliberado e o mais provável é falhar mesmo que os sujeitos estejam motivados e com baixa carga cognitiva (Trope, Cohen, & Alfieri, 1991).

Estes modelos são úteis para nos situar no processo inferencial e ter presente que tradicionalmente este era visto como uma sequência de processos. Importa, porém, perceber em que estágio se situam as IET e as TET a fim de saber-se o que é inferido e se a resposta a essa questão é bastante para explicar os processos subjacente a estes fenómenos.

As primeiras investigações sobre IET sugeriram que os traços inferidos não respeitavam ao actor, ainda que as experiências não tivessem sido manipuladas para responder directamente a essa questão: Winter e Uleman (1984) porque as pistas disposicionais não foram eficazes na recuperação do actor em si; Bassili e Smith (1986) porque os fragmentos são mais provavelmente completados com o traço quando se apresenta o actor mas só em condições de formação de impressões. Clayes (1990), porque nenhum actor foi mencionado na frases utilizadas na experiência e, mesmo assim, verificara-se IET; Whitney, Davis, e Waring, (1994) porque a categorização de comportamentos foi espontânea mas a caracterização do actor só ocorreu quando os participantes foram instruídos para formar impressões. Estes resultados orientaram a investigação para medidas mais finas e focalizadas nesse aspecto específico.

A tendência da investigação pende para a ligação das IET ao actor. Da aplicação do paradigma da reaprendizagem resultou indicação de que as IET estão especificamente ligadas ao actor (Carlston & Skowronski, 1994; Carlston, Skowronski, & Sparks, 1995). Utilizando o paradigma do falso reconhecimento, Todorov e Uleman (2002) concluíram que as IET estão ligas às faces dos actores através da unificação do par formado pela fotografia do actor com o traço e que é medida pela proporção de falsos reconhecimentos. Os mesmos resultados foram confirmados no estudo de Todorov e Uleman (2003) em condições de apresentação rápida dos estímulos, sobrecarga cognitiva e processamento superficial da informação (Experiência 4). Tomando em consideração os resultados do estudo anterior (Todorov & Uleman, 2002) e os que foram obtidos com a Experiência 4 de Todorov e Uleman (2003), os autores proclamaram a descoberta da primeira clara evidência de que a ligação das inferências espontâneas à representação do actor são inferências de traço do actor (p. 561). Estes

resultados foram confirmados por Todorov e Uleman (2004) através da utilização de um paradigma dos falsos reconhecimentos modificado. Portanto, as IET não respeitam apenas a categorizações de comportamentos; traduzem uma ligação específica entre a pessoa e o traço implicado pelo comportamento observado.

Ao longo da investigação posterior à descoberta de Carlston e Skowronski (1995, Experiência 4), o efeito das IET foi produzido com maior magnitude do que o efeito das TET (*e.g.*, Skowronski et al., 1998; Wells, Skowronski, Crawford, Scherer, & Carlston, 2011) o que, por si só, permitiria suscitar a questão de saber se os mecanismos subjacentes aos dois efeitos seriam os mesmos e, se não, qual a sua natureza. Assim, quando Winter e Uleman (1984) utilizam os termos *associar* e *imputar* traços a um actor, recorrem a termos provisórios que carecem de ser esclarecidos. A descoberta de Bassili e Smith (2002) constituiria o limite de qualquer indiferença a uma tentativa de estudar os mecanismos e a natureza dos processos que estão na base das inferências e das transferências espontâneas de traço.

A TET foi caracterizada como um erro inferencial (Carlston & Skowronski, 2005; Carlston, Skowronski, & Sparks, 1995; Skowronski, Carlston, Mae, & Crawford, 1998): o traço implicado não foi atribuído à pessoa a que pertence, ao passo que a IET não é um erro. Skowronski et al. (1998) sugeriram que as TET não dependem de um processo atribucional que é mais característico das IET e, provavelmente, constituirão um fenómeno simplesmente associativo. Brown e Bassili (2002) argumentaram que, precisamente porque na sua experiência o traço inferido foi transferido para um objecto inanimado, estar-se-ia na presença de um processo associativo de duas componentes que permite associar o traço inferido a um actor mas também a uma qualquer entidade presente no contexto que da inferência. Todorov e Uleman (2004) contrariaram os resultados de Brown e Bassili (2002) utilizando um paradigma dos falsos reconhecimentos modificado a que já nos referimos. Como ocorreram mais falsos reconhecimentos com as faces dos actores do que com as faces de controlo que tinham sido apresentadas conjuntamente, os autores interpretaram estes resultados como uma evidência de que os processos de IET e TET não podem ser os mesmos. Se ambos os fenómenos comungassem do mesmo processo, então, deveriam ter sido afectados em igual medida. Embora esta interpretação seja sugestiva, ela pode ser posta em causa com o efeito de *overshadowing* (Rescorla & Wagner, 1972). Neste caso, o estímulo (condicionado) mais saliente será o par actor/traço que concorre com outro estímulo

(condicionado) que será o par fotografia/traço de controlo. Impunha-se, pois, desenvolver uma investigação mais afinada.

Carlston e Skowronski (2005) propuseram-se demonstrar, através do paradigma da reaprendizagem, que as TET constituem simples associações de traço a um comunicador enquanto que as IET têm na sua base um processo atribucional. O tempo de exposição aos estímulos de TET duplicou relativamente aos estudos anteriores: numa segunda condição os participantes dispunham de 20s para aprender cada par comunicador/comportamento (Experiência 1). Se as TET constituem de facto um erro no processo de codificação, do aumento do tempo de aprendizagem espera-se razoavelmente uma redução de erros e, por consequência, da ocorrência do efeito. Se, pelo contrário, à transferência subjaz um processo atribucional assente na semelhança ou concordância do traço com o comunicador, então, o maior tempo de aprendizagem terá por consequência a maximização do efeito. O resultado da manipulação não alterou o efeito de TET tal como era esperado, nem mesmo quando se pediu aos participantes que o evitassem (Experiência 3). Acresce que nas três experiências foram utilizados comportamentos de valência negativa – dos quais é esperado um processo atribucional e, portanto, gerador de um efeito mais forte (*e.g.*, Fiske, 1980) – esperando-se, assim, que os efeitos de TET fossem mais fortes para os comportamentos negativos do que para os comportamentos positivos. Esta manipulação também não aumentou o efeito; pelo contrário, revelou uma diminuição, embora não significativa, do efeito de TET. O afastamento de um processamento atribucional nas TET e a superioridade das IET nestas experiências levaram os autores a sugerir que as IET também não constituem um processo associativo.

Recorrendo ao mesmo paradigma, Carlston, Skowronski, Stiff, e Scherer (2007) obtiveram resultados que apontam para interpretações semelhantes. Manipularam os objectivos de processamento de processamento, pedindo aos participantes que detectassem se a pessoa que faz a descrição do comportamento está a mentir (Experiências 1 e 2). A instrução de detecção de mentiras interferiu com a formação de IET diminuindo significativamente a sua proporção ao contrário da formação de TET, assim como o julgamento dos actores foi influenciado pelos traços negativos ao contrário dos comunicadores em que não se verificou qualquer alteração. Estes resultados permitiram aos autores afirmar estarem perante uma clara evidência de que subjazem processos distintos à formação de IET e de TET; inferencial no primeiro caso, porque a economia de aprendizagem diminui e o julgamento dos actores foi

influenciado pelos traços de valência negativa – o que apenas é de esperar que aconteça em processos que envolvem atribuições –, associativo no segundo, porque os resultados não sofreram alterações. Embora os resultados sejam animadores para os propósitos dos autores, parece-nos que estamos na presença de uma dissociação simples porque a manipulação apenas produziu efeitos nas IET. Como as proporções de TET são tidas como invariantes não será possível afirmar categoricamente porque a variável não foi afectada pela manipulação experimental e, portanto, as variáveis são independentes. Com base nos resultados obtidos, Carlston et al. (2007) deixaram ainda a sugestão de que as TET podem não constituir erros mas, antes, um fenómeno que requer uma outra explicação quanto ao processo cognitivo que está na sua base.

Finalmente, Goren e Todorov (2009) realizaram um conjunto de experiências com a utilização do paradigma dos falsos reconhecimentos com o intuito de demonstrar que a formação das IET e das TET resultam de processos diferentes e que estes são exclusivos, de modo que cada um deles apenas funciona quando o outro se encontra inactivo. Nas primeiras três experiências, as fotografias foram emparelhadas com comportamentos relevantes ou irrelevantes para a pessoa da fotografia. Os participantes produziram IET em magnitude superior às TET (Experiências 1 e 2; na Experiência 3 o par fotografia/comportamento foi apresentado separadamente, primeiro a fotografia, depois o comportamento, de modo a reduzir o estímulo visual constituído pelo par fotografia/comportamento em simultâneo, e o efeito de TET diminuiu drasticamente em relação às duas experiências anteriores mas não o efeito de IET). Em outras experiências (Experiências 4, 5 e 6) foram apresentados simultaneamente dois pares de fotografias emparelhadas com comportamentos. Nas experiências 4 e 5 foi dito aos participantes que o comportamento apenas era relevante para uma das faces e irrelevante para a outra. Na Experiência 4 o efeito de TET foi eliminado e na Experiência 5 o efeito de IET foi superior ao de TET. Na experiência 6 foi seguido o mesmo procedimento mas com uma condição nova: era explicitamente dito aos participantes que as frases não tinham nada a ver com as faces. As TET mantiveram-se mesmo nesta condição. No conjunto, as TET desapareceram quando se interrompeu o processo de associação; enquanto as IET ocorrem as TET não se formam na presença da face do actor ou do alvo, i.e., não se estabelece nenhuma associação com a face irrelevante. Foi com esta interrupção que os autores tentaram demonstrar que os processos subjacentes à formação das IET e das TET são mutuamente exclusivos: assim que se estabelecem condições para formar IET o processo de formação das TET

desaparece. No entanto, como os autores reconhecem a final, o estudo empreendido não oferece uma resposta cabal quanto ao número de processos e respectiva natureza que subjazem à formação das IET e das TET e sugerem, com base nos resultados de eliminação das TET, o estudo do mecanismo alternador da formação de cada um destes fenómenos. A questão permanece, pois, em aberto.

2. O Presente Estudo

Uma vez que a questão de saber se às IET e às TET subjaz, respectivamente, um processo inferencial e um processo associativo, o presente estudo foi movido pela tentativa de trazer a lume alguma evidência que contribua para o acervo da investigação sobre a matéria, explorando a influência das IET nas expectativas acerca do actor. Se, como também já vimos, as IET respeitam à personalidade do actor e não são apenas meras categorizações de comportamentos, então, podemos razoavelmente assumir que as IET criam expectativas. Portanto, o objectivo central deste estudo é o de tentar perceber se as IET levam à criação de expectativas sobre o comportamento do actor.

Aplicámos uma adaptação do paradigma dos falsos reconhecimentos (Todorov & Uleman, 2002) mas a tarefa de reconhecimento foi substituída por uma medida de tempos de leitura. Especificamente, durante a codificação, os participantes foram expostos a frases implicativas de traço emparelhadas com fotografias e, depois de realizada uma tarefa distractora, realizaram uma tarefa de leitura de comportamentos (que, na condição crítica, poderiam ser consistentes ou inconsistentes com o comportamento inicial do actor). Se as IET foram codificadas durante a fase inicial da experiência, então, referindo-se a uma propriedade do actor, aquelas hão-de guiar o processamento subsequente da informação: como os comportamentos incongruentes estão em contradição com as expectativas sobre o actor, a sua leitura deverá ser mais demorada do que a dos comportamentos congruentes porque a compreensão da incongruência será mais difícil de ser codificada. Os tempos de leitura são geralmente usados como medida da dificuldade de compreensão (*e.g.*, McKoon & Ratcliff, 1980; 1992) e constituem também uma medida sensível da existência de expectativas (*e.g.*, de Vega, 1995; Duffy, 1986). Por outro lado, vários estudos de memória têm revelado maiores tempos de leitura para comportamentos inconsistentes com as expectativas (*e.g.*, Stern, Marrs, Millar, & Cole, 1984), o que também se verifica em estudos em condição

de formações de impressões (*e.g.*, Bargh & Thein, 1985). Parece, assim, que é pacificamente aceite que os comportamentos inconsistentes com as expectativas levam mais tempo a ser processados.

Nestes pressuposto, colocaram-se três hipóteses sob estudo. Numa condição de formação de impressões, os participantes levarão mais tempo para ler comportamentos inconsistentes do que comportamentos consistentes. Se for obtido este resultado, poder-se-á razoavelmente admitir que foram criadas expectativas durante a codificação dos comportamentos apresentados na fase exposição. Se a formação das TET resulta de um processo meramente associativo, não é de esperar que se verifiquem diferenças nos tempos de leitura de comportamentos consistentes e de comportamentos inconsistentes. Finalmente, a ausência de diferenças nos tempos de leitura de comportamentos consistentes e de comportamentos inconsistentes na condição IET ou a verificação de maiores tempos de leitura para comportamentos inconsistentes remeter-nos-á para a discussão de saber se os processos subjacentes às IET têm natureza associativa ou inferencial.

2.1. Método

Participantes e delineamento. 158 estudantes, 113 do sexo feminino e 45 do sexo masculino, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa que receberam créditos pela sua participação, foram distribuídos por 3 objectivos de processamento (Formação de Impressões vs. Memória com Actores – IET vs. Memória com Comunicadores – TET) x 2 Replicação de Traço x 2 Comportamento na segunda fase (Congruente e Incongruent vs. Incongruente vs. Congruente e Neutro x 2 Ordem dos Comportamentos na medida de leitura na segunda fase (C-I v. I-C). Os primeiros dois factores foram manipulados inter-participantes e os restantes factores foram manipulados intra-participantes.

Medidas dependentes. A principal variável dependente é o tempo de leitura dos comportamentos apresentados na segunda fase da experiência. A avaliação da compreensão dos comportamentos é feita numa escala de 12 pontos em “1” = facilmente compreensível e “12” = dificilmente compreensível.

Material. Foram seleccionadas 12 fotografias a cores de faces neutras de indivíduos do sexo masculino com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos da base de dados de Minear & Park, 2004. As frases descritivas de comportamentos implicativas de traço de personalidade foram seleccionadas a partir de um pré-teste de comportamentos implicativos de traço (metade das frases com valência negativa e metade com valência positiva) (Reis, Ramos, e Ferreira, em preparação) e as de comportamentos neutros retiradas de investigação anterior (Ramos, 2010).

Procedimento. Os participantes foram recebidos no laboratório e acomodados em frente ao monitor de cada posto experimental. Foram dadas algumas instruções genéricas e aberto um período para esclarecer quaisquer dúvidas com o experimentador. Em cada sessão participavam cerca de 8 sujeitos mas cada um trabalhava individualmente.

A experiência foi constituída por 2 fases: exposição e tarefa de leitura e compreensão intermediadas com a realização de uma tarefa distractora. A experiência correu no programa E-Prime, V2.0 (Schneider, Eschman, & Zuccolotto, 2002) e os participantes realizaram as tarefas em computador, recebendo as instruções e visualizando os estímulos no monitor e escrevendo no teclado ou utilizando algumas teclas como comandos para resposta ou progressão no desenvolvimento da experiência. Cada fase da experiência e a tarefa distractora começaram sempre com a apresentação das instruções e indicação da tecla barra de espaços para iniciar cada uma delas.

Fase de exposição. Na primeira fase da experiência, aos participantes foi comunicado que iriam participar num estudo sobre os processos de recuperação mnésica, uma operação mental que utilizamos no dia-a-dia com muita frequência e facilidade. Foram apresentadas 12 fotografias a todos os participantes, cada uma delas emparelhada com uma frase descritiva de um comportamento durante 8 segundos cada. Foi-lhes pedido que prestassem atenção a toda informação apresentada e que a memorizassem porque, mais tarde, ser-lhes-iam feitas algumas perguntas sobre a informação apresentada. Consoante a condição era dito que: (a) a frase descrevia um comportamento praticado pela pessoa na fotografia e que a tarefa dos participantes consistia em memorizar a informação (condição IET); (b) a frase era uma descrição feita pela pessoa na fotografia acerca de um comportamento de um seu conhecido e que a tarefa consistia em memorizar a informação (condição TET); (c) a frase descrevia um comportamento praticado pela pessoa na fotografia e que a tarefa dos participantes

consistia em formar uma impressão acerca dos vários actores porque, mais tarde, teriam que reportar as impressões formadas (condição Formação de Impressões).

Tarefa distractora. A tarefa consistiu na resolução de 30 anagramas e tinha a duração de 4 minutos. Os anagramas eram formados por palavras neutras não relacionadas com traços de personalidade. Os participantes tinham que reconhecer e escrever uma palavra a partir de um anagrama formado por conjunto de letras desordenadas mas que constituíam uma palavra quando dispostas na posição correcta. Depois de escrita a palavra, o participante carregava na tecla *enter* e era apresentada a mensagem de a resposta estar correcta ou errada. Esta mensagem ficava exposta por alguns segundos, após o que era apresentado o anagrama seguinte.

Fase de Leitura e Compreensão. Nesta fase foram apresentadas aos participantes as fotografias exibidas na fase de exposição mas todas elas com comportamentos novos. Cada face era apresentada com dois novos comportamentos. Em metade dos casos, a frase aparecia com um comportamento consistente e com um comportamento neutro relativamente ao comportamento apresentado com a face na fase de exposição. Para a outra metade dos casos a face aparecia com um comportamento consistente e com um comportamento inconsistente relativamente ao comportamento apresentado com a face na fase de exposição. Foi pedido aos participantes que apenas lessem a informação e que pressionassem a tecla de *barra de espaços* depois de concluída a leitura de cada comportamento. O tempo entre carregar as barras de espaço era medido. Após cada exibição os participantes avaliavam o comportamento anterior numa escala de compreensão de 12 pontos – “Quão compreensível achou a frase anterior?” – em que os extremos, eram “1” (facilmente compreensível) e “12” (dificilmente compreensível).

2.2. Resultados

Tempos de Leitura. Os tempos de leitura foram submetidos a uma 3 objectivos de processamento (Formação de Impressões vs. Memória com Actores – IET vs. Memória com Comunicadores – TET) x 2 Replicação de Traço x 2 Tipo de Comportamento (Congruente vs. Incongruente) x 2 Ordem dos Comportamentos na medida de leitura na segunda fase (C-I vs. I-C) ANOVA com medidas repetidas nos dois últimos factores.

A análise revelou um efeito principal do tipo de comportamento $F(1, 155) = 4.73, p = .03$. De um modo geral, os participantes levaram mais tempo para ler os comportamentos incongruentes ($M = 5605$) do que os comportamentos congruentes ($M = 5326$).

Verificou-se também um efeito marginal para os objectivos de processamento $F(2, 155) = 2.37, p = .10$. Contrastes planeados revelam que, em geral, verificaram-se menores tempos de leitura para a condição de TET ($M = 4972$) do que para a condição de IET ($M = 5806$) ou de formação de impressões ($M = 5618$), $t(1, 154) = 2.06, p = .04$ (Figura 1).

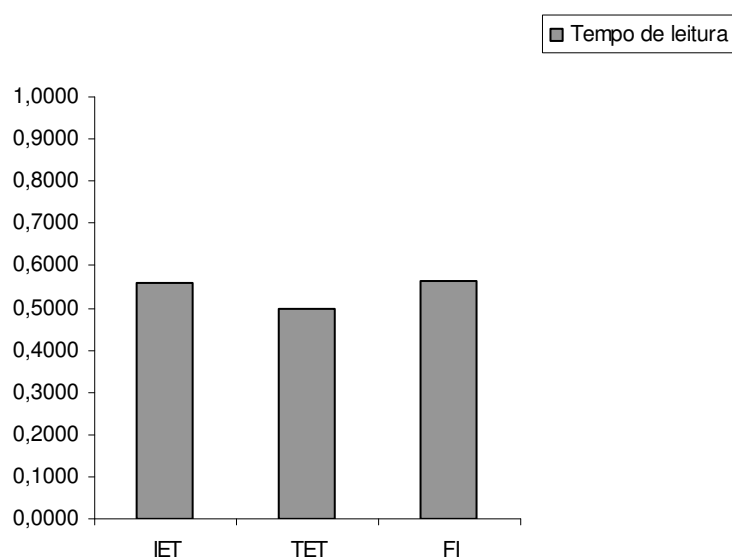


Figura 1. Média do tempo de leitura dos comportamentos por objectivo de processamento.

A análise dos tempos de leitura revela que os participantes nas três condições foram mais lentos a ler os comportamentos incongruentes do que os comportamentos congruentes, sendo os sujeitos da condição TET, no geral, os mais rápidos a ler os comportamentos (Tabela 1).

Com mais relevância para as hipóteses sob estudo verificou-se que a interacção entre os tempos de leitura de comportamentos congruentes e incongruentes nos três objectivos de processamento não foi significativa, $F(2, 155) = 1.41, p = .25$. Porém, contrastes planeados mostram que se verifica uma diferença significativa nos tempos de leitura entre comportamentos congruentes e incongruentes na condição de formação de

impressões $t(152) = 2.58, p = 0.004$). A mesma diferença não se revelou significativa nas condições de IET e de TET ($t < 1$). Verificou-se também um efeito de ordem dos comportamentos e um efeito de tripla interacção não interpretável.

Tabela 1

Tempo de leitura dos tipos de comportamento por objectivo de processamento.

Condição	Comportamento	Tempo de Leitura	
		<i>M</i>	<i>SD</i>
IET	Congruente	5783.711	306.8018
	Incongruente	5828.465	290.9522
TET	Congruente	4853.606	319.0787
	Incongruente	5089.483	302.5948
FI	Congruente	5340.238	298.4708
	Incongruente	5895.634	283.0516

No que respeita à ordem de leitura dos comportamentos verifica-se uma interacção significativa. O primeiro comportamento a ser apresentado leva mais tempo a ser lido, independentemente de ser congruente ou incongruente.

Escala de compreensão. As respostas à escala de compreensão foram submetidas a uma 3 objectivos de processamento (Formação de Impressões vs. Memória com Actores – IET vs. Memória com Comunicadores – TET) x 2 Replicação de Traço x 2 Tipo de Comportamento (Congruente vs. Incongruente) x 2 Ordem dos Comportamentos na medida de leitura na segunda fase (C-I vs. I-C) ANOVA com medidas repetidas nos dois últimos factores.

Os resultados revelam um efeito marginal para a condição de processamento: no geral, os participantes da condição de TET consideraram as frases mais compreensíveis ($M = 11.20, SD = 0.78$), do que os sujeitos da IET ($M = 9.15, SD = 0.75$) e da condição de formação de impressões ($M = 8.79, SD = 0.73$), $F(2, 155) = 2.89, p = .06$. Nenhuma outra análise revelou efeitos significativos.

2.3. Discussão

A literatura tem, em geral, defendido que as IET são formadas durante a fase de codificação, são armazenadas na memória e utilizadas em julgamentos posteriores. Provavelmente, as IET serão integradas na memória a longo prazo e os comportamentos codificados tenderão a ser substituídos com o tempo com um *gist* ou com um traço mnésico. Talvez não seja por acaso que, no mundo real, por vezes ouvimos alguém referir-se a um evento passado que já não consegue recordar muito bem mas sobre o qual tem uma ideia ou do mesmo preserva um adjetivo que permite identificá-lo. Do mesmo modo, na interacção social do dia-a-dia somos permanentemente confrontados com comportamentos da mais variável índole realizados pela mesma pessoa, concordantes ou não com a impressão da personalidade que dela temos e, normalmente, experimentamos mais dificuldade em integrar comportamentos incongruentes com essa impressão na representação que dela temos.

Os resultados obtidos na experiência realizada respeitam a esta maneira simples de interpretar a percepção que temos dos outros. De um modo geral, os participantes precisaram de mais tempo para ler os comportamentos incongruentes do que os comportamentos congruentes. Atendendo a que, também de um modo geral, a compreensão das frases implicativas de traço não se caracterizaram por serem difíceis, essa diferença não pode ser explicada pelo acaso. As frases não são mais fáceis ou mais difíceis de compreender porque descrevem comportamentos congruentes ou incongruentes se não tiverem um termo de comparação que permita aferir a congruência ou a falta dela, ou seja, uma frase não é congruente ou incongruente se não tiver por bitola uma referência que permita estabelecer a diferença. O efeito principal obtido, mais tempo para ler os comportamentos incongruentes do que os comportamentos congruentes, diferença significativa no caso da formação de impressões, significa que os participantes em formação de impressões fizeram inferências de traço. Como vimos antes, estudos anteriores revelam que tanto em condições de memória (*e.g.*, Stern, Marrs, Millar, & Cole, 1984), como em condições de formação de impressões (*e.g.*, Bargh & Thein, 1985), os participantes precisam de mais tempo para ler os comportamentos incongruentes. No caso da experiência realizada, o tempo de leitura corresponde à diferença entre o momento em que a frase de teste é apresentada e aquele em que o participante carrega numa tecla para passar ao ensaio seguinte. Repare-se, no entanto, que é plausível pensar que, em média, os tempo de leitura de todas as frases serão

semelhantes e que a diferença estará no tempo que medeia entre a conclusão da leitura da frase e o momento em que o participante carrega na tecla para prosseguir o teste. Durante este lapso temporal o participante poderá ou não tentar interpretar o comportamento e poderá ser aqui que se percebe se ele inferiu o traço (ou o transferiu) implicado nas frases que leu na fase de exposição da experiência e se essa inferência está a influenciar o processamento da nova informação. A necessidade de mais tempo para passar ao teste seguinte depois de ler uma frase incongruente com a IET apenas poderia ser explicada pela violação da expectativa que o participante tinha sobre o actor e não por uma variação de habilidade inter-participantes para carregar numa tecla depois de ler uma frase. “A avaliação da informação sobre uma pessoa depende dos traços apresentados, do traço a ser inferido e dos outros traços envolvidos no julgamento, i.e., o contexto” (Shapiro & Tagiuri, 1958, p. 49). Assim, a decisão de passar ao ecrã seguinte seria acelerada ou retardada consoante o comportamento fosse congruente ou incongruente com o traço codificado. Recorde-se que a instrução dada aos participantes consistia apenas em pedir-lhes que lessem a frase e passar à seguinte depois de concluída a leitura da anterior.

Porém, os resultados dos tempos de leitura revelam que, ao contrário do que se poderia prever de acordo com o raciocínio anteriormente exposto, as IET não produziram expectativas. Tal apenas parece ter ocorrido na condição de formação impressões em que a leitura de comportamentos congruentes foi significativamente mais rápida do que a leitura de comportamentos incongruentes. Provavelmente, a instrução para formar impressões mantém o participante atento ao longo do desempenho das tarefas e cataliza-o para formar impressões e precisar de mais tempo para ler os comportamentos incongruentes (Uleman & Moskowitz, 1994). Este parece ser claramente um efeito que advém da codificação anterior e não um efeito que ocorre meramente no teste. Repare-se que a ordem dos tempos de leitura revela que o primeiro comportamento apresentado na segunda fase da experiência é o que demora mais tempo a ser lido, independentemente de este ser consistente ou inconsistente. Se os participantes demorassem mais tempo a ler o segundo comportamento, independentemente da ordem de apresentação, poderíamos assumir que as expectativas apenas seriam formadas nesta fase da experiência mas tal não aconteceu. Resultados idênticos foram reportados por Ramos (2009, Experiência 8).

Uma vez que a fase de codificação foi em tudo semelhante à fase de codificação típica do paradigma dos falsos reconhecimentos (Todorov & Uleman, 2002), podemos

deduzir que os participantes realizaram IET mas estas podem não ter sido suficientemente fortes para os guiar em julgamentos posteriores. O contexto dos traços em que as inferências foram feitas pode ter enfraquecido a sua força. Por exemplo, a inferência para o traço *responsável* pode ser fraca se for feita num contexto em que haja uma forte relação com o traço *inteligente* (Shapiro & Tagiuri, 1958).

Poderá ainda adiantar-se a possibilidade de um comportamento não bastar para criar expectativas com força suficiente para interferirem posteriormente na utilização da IET no julgamento. Outra possibilidade é que a criação de expectativas só ocorra quando existe intenção explícita para inferir traços. Whitney, Davis, e Waring (1994) apresentaram aos participantes pequenas narrativas de quatro frases. A primeira poderia ser consistente, inconsistente ou neutra relativamente ao traço implicado pela última frase. Os participantes foram mais lentos a ler a última frase quando esta era inconsistente com a primeira. Mas estes resultados apenas se verificaram na condição de formação de impressões.

Parece relativamente inequívoco que as expectativas são criadas quando os sujeitos têm por objectivo formar impressões sobre a personalidade dos outros e que as mesmas influenciam o processamento de comportamentos diferentes em situações futuras (no caso da experiência realizada, quando os comportamentos de teste são congruentes ou incongruentes com o traço inferido). A ausência de diferenças significativas nos tempos de leitura na condição TET vai de encontro à hipótese formulada neste estudo. Tratando-se de um processo meramente associativo a consistência ou a inconsistência dos comportamentos utilizados na fase de teste será indiferente porque se trata de uma simples associação. A ausência de diferenças nos tempos de leitura verificada na condição IET terá por consequência necessária remeter este fenómeno para um processo de natureza associativa?

Esforços recentes foram realizados especificamente para investigar a natureza dos processos subjacentes às IET (Carlston & Skowronski 2005; Carlston, Skowronski, Stiff, & Scherer, 2007; Goren e Todorov, 2009) têm apontado para ligar o traço ao actor. Correspondendo a sugestões que foram suscitadas nos estudos iniciais e alimentadas nos seguintes mas sem evidência empírica, a tendência caminha no sentido de sustentar que as IET têm na sua base um processo de natureza inferencial atribucional e que as TET resultam de um processo meramente associativo. A natureza inferencial ou associativa das IET poderá ter como implicação a criação de expectativas. Importa ter presente que nem sempre uma conclusão pode ser obtida por exclusão de partes ou por oposição a

outro resultado segundo uma lei do tudo ou nada. Se os resultados obtidos nesta experiência podem servir para reforçar a natureza associativa do processo subjacente às TET, os mesmos resultados não oferecem evidência de que o mesmo tipo de processo subjaz às IET.

É referido na literatura, sem oposição, que os traços inferidos são utilizados no julgamento realizado posteriormente sobre o actor e que os comportamentos incongruentes, por contraposição aos comportamentos congruentes, constituem uma medida sensível sobre a violação das expectativas. A experiência subjectiva revela estes fenómenos. Será, pois, tempo de olhar para os resultados e procurar novas vias para explorar o papel das IET nas expectativas.

3. Proposta de investigação

Como vimos ao longo da literatura referida na investigação precedente, as IET têm sido assinaladas como um fenómeno robusto que permite condensar num traço de personalidade diversos elementos de um comportamento. As expectativas guiam o comportamento humano, *e.g.*, escolher as palavras certas para transmitir uma notícia má ou prever o comportamento que esperam de nós numa determinada situação. Se as IET tendem para ser armazenadas na memória de longo prazo, a informação nelas contidas há-de ser utilizada posteriormente nos julgamentos sobre os alvos.

Perseguir um objectivo no pressuposto de que o mesmo é provável acarreta sempre o custo da tendência confirmatória (*e.g.*, Snyder & Swan, 1978; Trope & Bassok, 1982). Porém, tentar encontrar evidência de que as IET podem criar expectativas quanto ao comportamento futuro do actor tem importância para a investigação da percepção social. Primeiro, sendo afirmado repetidamente na investigação anterior que as IET ingressam no património da informação armazenada na memória e que podem ser recuperadas para serem utilizadas em julgamentos posteriores, tem interesse saber como é que elas influenciam esse julgamento. Segundo, se forem geradoras de expectativas – o que até interessará sob uma perspectiva evolutiva – poder-se-á razoavelmente contribuir para sustentar que às IET subjaz um processo atribucional. Interessa, pois, procurar evidência para essa impressão implícita (ver Uleman, Blader, & Todorov, 2005). O paradigma dos falsos reconhecimentos adaptado ao estudo que serviu de base

a esta tese parece-nos que, pelas razões apontadas para a sua utilização, deve ser mantido nesta proposta de investigação.

Os paradigmas da investigação são permeáveis à adaptação de maneira a definir as condições de codificação da informação que interessa testar com vista a estudar a ocorrência de efeitos psicológicos e a nossa proposta vai no sentido de tentar aproximar o ambiente do laboratório do mundo real. Saber se as pessoas fazem IET no mundo real é uma pergunta constante na investigação. Podemos assumir que as pessoas fazem IET no mundo real e que desenvolveram esse processo no mundo real. Porém, esse processo pode não estar a ser apreendido no laboratório. Por outro lado, será razoável assumir que aproximar a natureza dos estímulos das características pessoais da amostra colocará os participantes numa situação que lhes é mais familiar, i.e., a despeito da frieza do ambiente do laboratório, poderão ser criadas certas condições que os faça sentir mais próximos da sua vida real e, sem com isso, perder-se o controlo das variáveis que interessa estudar e que permite replicar a experiência.

A nossa proposta passa por construir novos materiais para testar as mesmas hipóteses formuladas na experiência realizada: uma condição de “formação de impressões”, na qual se espera que os participantes levarão mais tempo para ler comportamentos inconsistentes do que comportamentos consistentes. Se for obtido este resultado, poder-se-á razoavelmente admitir que foram criadas expectativas durante a codificação dos comportamentos apresentados na fase exposição. Não se esperam diferenças nos tempos de leitura dos dois tipos de comportamentos na condição de TET.

3.1. Geração dos materiais de estímulos

As amostras constituídas para as experiências do Laboratório de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia de Lisboa, tanto quanto nos é dado saber, têm sido realizadas, ou maioritariamente, com estudantes universitários, preferencialmente com os alunos da própria Faculdade (temos embora presente a realização de estudos com outros grupos). São amostras de conveniência que, na idade e nas habilitações literárias, se afastam significativamente da população portuguesa. Nos dados que aqui interessa reter, a média de idades que se verificava em Portugal nos dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (Carrilho & Patrício, 2010), relativos a 2009 é de 39,5 anos ($M = 39,5$) e, de acordo com o recenseamento realizado em 2011,

apenas 13,37 % da população residente em Portugal havia adquirido o primeiro grau académico (INE, 2012). Em todo o caso, na impossibilidade de testar outra população, vamos tentar, pelo menos, utilizar a mesma linguagem e fenótipos familiares da amostra.

Fotografias. A média da idade destas amostras apenas pode ser conhecida em concreto. Porém, se pensarmos nas condições de elegibilidade de participantes que são alunos do curso de Psicologia, as amostras tenderão a restringir-se aos alunos dos 1.º e 2.º anos, portanto, com idades inferiores a 20 anos (e talvez, daí, as fotografias utilizadas na experiência referida respeitarem a indivíduos pertencentes ao intervalo 18/29 anos). Portanto, para evitar que os fenótipos representados na fotografia provoquem qualquer enviesamento na percepção do estímulo, decidimos que as fotografias a utilizar na experiência deveriam conter a face de estudantes universitários da Universidade de Lisboa (tal como em Crawford, Skowronski, & Stiff, 2007). As pessoas fotografadas devem ser distribuídas de forma aleatória de modo a que em cada conjunto de fotografias não sobressaia alguma tendência característica de cada faculdade. Todas as imagens devem ser capturadas no mesmo tipo de ambiente, interior ou exterior, mas de modo a tentar manter a uniformidade do espaço envolvente da face. As pessoas devem ser fotografadas nas precisas circunstâncias em que se encontrarem mas devem ser estimuladas pelo fotógrafo a fim de olharem apenas para a câmara sem qualquer instrução de modo a manter uma expressão natural sem a preocupação de evidenciar qualquer sentimento ou emoção.⁵ Depois de recolhidas, as fotografias deverão ser analisadas por um júri a fim de manter, tanto quanto possível, a uniformidade das expressões faciais pretendidas. Este pré-teste seria importante de forma a obtermos faces de pessoas com características tipicamente portuguesas. A utilização típica de pré-testes de faces estrangeiras poderá causar alguma estranheza para participantes portugueses (que, de facto, muitas vezes fazem comentários de estranheza em relação ao tipo de faces que vêem na experiência).

Traços de personalidade. Rosenberg, Nelson, e Vivekanathan (1968) determinaram um espaço semântico que servisse de estruturas às teorias implícitas da personalidade (TIP). Utilizaram alguns traços de Asch (1946), de Wishner (1960) e de Anderson (1965) e pediram a um grupo de 69 sujeitos que agrupassem os 64 traços da lista de modo a corresponderem a pessoas que conhecessem. A outro grupo de 43

⁵ Obviamente, a pessoa fotografada deve assinar um termo de consentimento onde constará o tipo de utilização da fotografia, a sua finalidade, um resumo do estudo, uma cláusula de confidencialidade, o tempo de conservação da fotografia, o responsável pela investigação e respectivos contactos.

sujeitos pediram que avaliassem os traços numa escala de bom/mau. Deste trabalho resultou um escalonamento multidimensional das TIP que é ilustrado através de uma representação geométrica (Figura 2) do conjunto dos itens. A distância que separa os itens entre si no espaço correspondente à medida empírica da sua relação psicológica (não a frequência da sua co-ocorrência mas sim a semelhança dos traços determinada pela caracterização das pessoas com uma personalidade composta por um conjunto de traços). As dimensões propostas por resultam da utilização de uma medida de distorção (*stress*) que melhor representa a proximidade entre os itens. Para chegar a esta configuração um grupo de 34 sujeitos classificou os traços numa escala de 7 pontos de bom/mau de actividades intelectuais e um outro grupo de 34 sujeitos realizou a mesma tarefa numa escala de desejabilidade social. Formaram-se, assim, duas dimensões, uma intelectual e uma social, cada uma delas com um pólo positivo e um pólo negativo. O eixo das duas dimensões não é ortogonal porque os domínios intelectual/bom e social/bom estão associados, tal como os padrões dos pólos opostos, o que confere evidência à consistência avaliativa subjacente ao modelo.

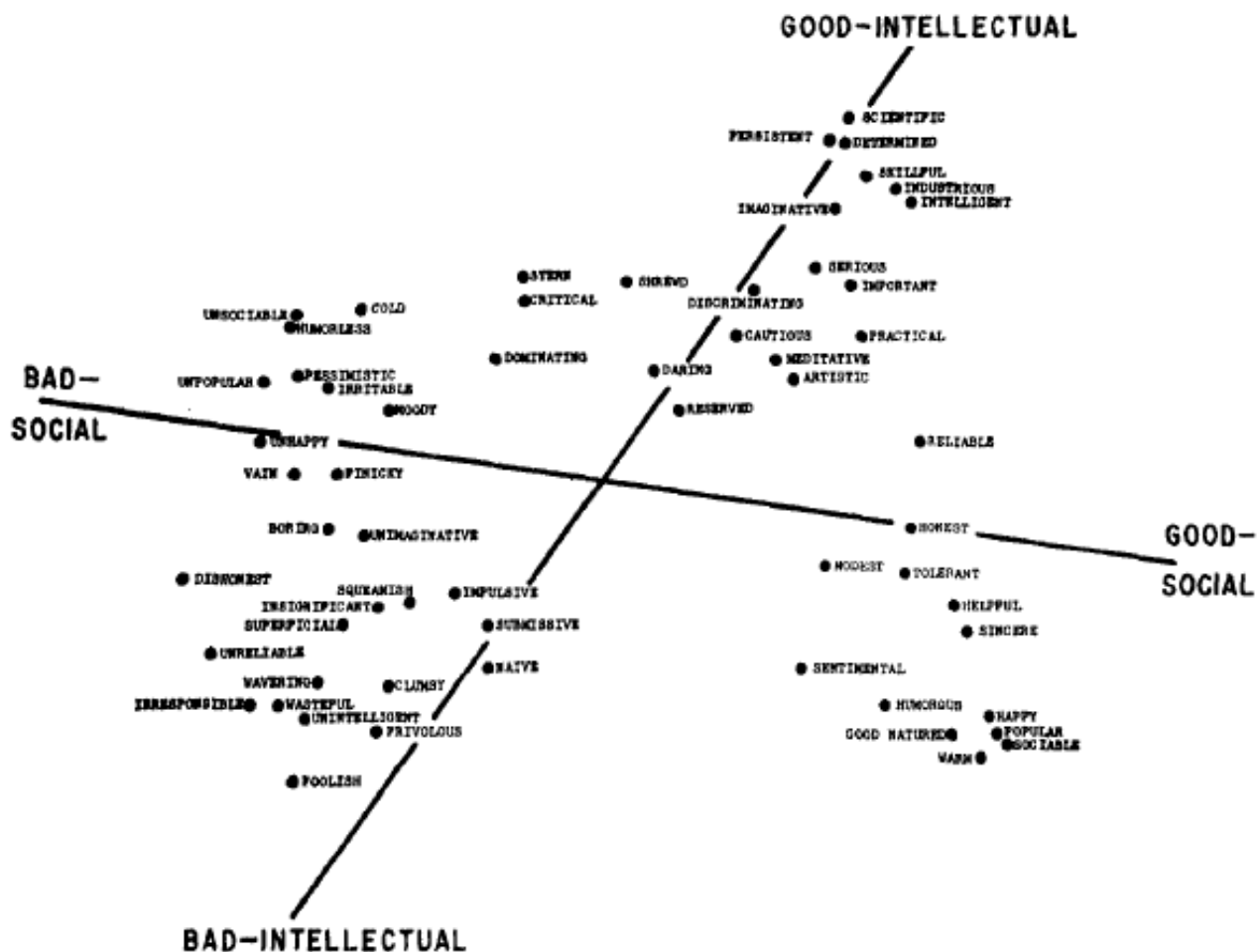


Figura 2. Configuração bi-dimensional de Rosenberg, Nelson e Vivekanathan colaboradores (1968).

A nossa proposta consiste em construir um escalonamento multidimensional das TIP com base nos traços de personalidade indicados pelos alunos da Faculdade e de modo a preencher os critérios necessários para serem aplicados à semelhança do modelo da experiência que serviu de base a este estudo. Ou seja, propomos utilizar comportamentos que impliquem traços do espaço multidimensional da TIP. Porém, a selecção dos traços, com base no escalonamento multidimensional obtido, deve permitir a sua distribuição em blocos que respeitem o reparo de Shapiro e Tagiuri, i.e., evitar dois ou mais traços da mesma dimensão que estejam próximos entre si sejam apresentados no mesmo contexto uma vez que, por mais pequena que seja a proximidade semântica entre os dois traços, a presença de um deles tenderá a diminuir a força da inferência.

Frases implicativas de traços. Grupos de alunos devem criar frases implicativas dos traços distribuídos no escalonamento multidimensional obtido. As frases deverão ter a mesma estrutura sintáctica das frases que foram usadas na experiência realizada. Estas frases deverão ser posteriormente ser escrutinadas por um grupo de juízes para evitar repetições e desvios à norma.

Emparelhamento das frases com as fotografias. Parece que as pessoas são hábeis a associar traços de personalidade a faces, mesmo quando não disponham de mais informação acerca da pessoa a que respeita a face (Hassin & Trope, 2000; Todorov, Gobbini, Evans, & Haxby, 2007; Willis & Todorov, 2006). Assim, grupos de alunos da Faculdade, que não participarão na experiência, deverão emparelhar as fotografias com as frases utilizadas na experiência de modo a que o traço implicado pela frase seja concordante com o traço que foi atribuído à face na fase de construção dos materiais.

Espera-se, assim, como se pretendia, aproximar as condições laboratoriais das condições em que no dia-a-dia os sujeitos fazem IET. Os materiais deverão ser testados antes da sua aplicação.

3.2. Método

Participantes. Cerca de 160 estudantes da Faculdade de Psicologia de Lisboa que recebem créditos pela sua participação na experiência.

Procedimento e materiais. As fotografias e as frases implicativas de traço são aquelas que foram obtidas na fase de geração de materiais. O procedimento é o mesmo da experiência que está na base deste estudo mas com uma diferença.

3.3. Resultados

Os tempos de leitura serão submetidos a uma 3 objectivos de processamento (Formação de Impressões vs. Memória com Actores – IET vs. Memória com Comunicadores – TET) x 2 Replicação de Traço x 2 Tipo de Comportamento (Congruente vs. Incongruente) x 2 Ordem dos Comportamentos na medida de leitura na segunda fase (C-I vs. I-C) ANOVA com medidas repetidas nos dois últimos factores.

Os resultados esperados deverão confirmar as hipóteses: nas condições de formação de impressões e de IET, os participantes levarão mais tempo para ler os comportamentos incongruentes do que os comportamentos congruentes. Os tempos de leitura dos tipos de comportamento na condição de TET não revelarão diferença significativa.

Espera-se também que os participantes levem mais tempo a ler o segundo comportamento na fase de leitura e compreensão, pois, essa diferença constituirá evidência de que os sujeitos estão a formar expectativas.

As respostas à escala de compreensão são submetidas a uma 3 objectivos de processamento (Formação de Impressões vs. Memória com Actores – IET vs. Memória com Comunicadores – TET) x 2 Replicação de Traço x 2 Tipo de Comportamento (Congruente vs. Incongruente) x 2 Ordem dos Comportamentos na medida de leitura na segunda fase (C-I vs. I-C) ANOVA com medidas repetidas nos dois últimos factores.

Não são esperados efeitos principais, mesmo que os participantes da condição TET considerem que, em geral, os comportamentos são mais fáceis de ler.

4. Conclusão

Esta investigação foi concebida em busca de evidência de que as IET criam expectativas sobre o comportamento do actor. Claramente, isso não aconteceu. Talvez os materiais careçam de ser refinados ou o paradigma de sofrer novas adaptações.

O processo inferencial não foi directamente estudado: que tipo de inferência é que os sujeitos realizam? Poderá ela assentar num modelo bayesiano (Trope, 1974)? Serão mais as perguntas do que as respostas. Porém, não deixa de constituir um tópico muito importante para investigação. Os resultados da experiência, que se esperam mais significativos com a proposta de investigação aqui deixada, teriam implicações para compreender os processos subjacentes a formação de IET e de TET. Esta questão está em aberto. No curso da investigação a comunidade científica tem reportado invariavelmente efeitos de IET significativamente superiores aos efeitos de TET (*e.g.*, Skowronski et al., 1998; Wells, Skowronski, Crawford, Scherer, & Carlston, 2011), podendo mesmo a interferência das IET eliminar o efeito de TET (Goren & Todorov, 2009, Experiência 4). Parece existir evidência empírica de que os dois efeitos obedecem a mecanismos distintos. No entanto, Brown e Bassili (2002) sugeriram que ambos os

efeitos têm base associativa: se o traço codificado pode ser associado a um objecto inanimado, o mesmo processo ocorrerá na IET. O paradigma da reaprendizagem e o paradigma dos falsos reconhecimentos têm revelado evidência sugestiva de que o traço codificado, além de respeitar ao actor, tende para a representação do mesmo (Carlston & Skowronski 2005; Carlston, Skowronski, Stiff, & Scherer, 2007; Goren e Todorov, 2009) mas os resultados não são inequívocos.

Se as IET constituem fonte de expectativas sobre o actor, será dado um passo significativo no esclarecimento dos processos subjacentes às IET e às TET, o que interessa de sobremaneira aos estudos de percepção social, assim como avançar-se-á também na compreensão de como as IET são utilizadas em julgamentos futuros.

É com esse intuito que se fez uma proposta de investigação da qual se espera que, mesmo através dos erros que a possam enfraquecer, se avance na resposta a essas questões.

5. Referências

- Andersen, S. M., & Baum, A. (1994). Transference in interpersonal relations: Inferences and affect based on significant-other representations. *Journal of Personality*, 62 (4), 459-497.
- Andersen, S. M., & Cole, S. W. (1990). "Do I know you?": The role of significant others in general social perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (3), 384-399.
- Andersen, S. M., Glassman, N. S., Chen, S., & Cole, S. W. (1995). Transference in social perception: The role of chronic accessibility in significant-other representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (1), 41-57.
- Anderson, N. (1965b). Averaging versus adding as a stimulus-combination rule in impression formation. *Journal of Experimental Psychology*, 70 (4), 394-400.
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41 (3), 258-290.
- Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In R. S. Wyer, Jr. & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (2nd ed., pp. 1-40). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Bargh, J. A., & Thein, R. D. (1985). Individual construct accessibility, person memory, and the recall-judgment link: The case of information overload. *Journal of Personality and Social Psychology*, *49* (5), 1129-1146.
- Bassili, J. N., & Smith, M. C. (1986). On the spontaneity of trait attribution: Converging evidence for the role of cognitive strategy. *Journal of Personality and Social Psychology*, *50* (2), 239-245.
- Benenson, J. F., Dweck, C. S. (1986). The development of trait explanations and self-evaluations in the academic and social domains. *Child Development*, *57*, 1179-1187.
- Bransford, J. D, Barclay, J. R., & Franks, J. J. (1972). Sentence memory: a constructive versus interpretive approach. *Cognitive Psychology*, *3* (2), 193-209.
- Bransford, J. D., & Franks, J. J. (1971). The abstraction of linguistic ideas. *Cognitive Psychology*, *2* (4), 331-350.
- Brown, J. D., Collins, R. L., & Schmidt, G. W. (1988). Self-esteem and direct versus indirect forms of self-enhancement. *Journal of Personality and Social Psychology*, *55* (3), 445-453.
- Brown, R. D., & Bassili, J. N. (2002). Spontaneous trait associations and the case of the superstitious banana. *Journal of Experimental Social Psychology*, *38* (1), 87-92.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1986). Trait memory and behavior memory: The effects of alternative pathways on impression formation judgment response times. *Journal of Personality and Social Psychology*, *50* (1), 5-13.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1994). Savings in relearning of trait information as evidence for spontaneous inference generation. *Journal of Personality and Social Psychology*, *66* (5), 840-856.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (2005). Linking versus thinking: Evidence for the associative and attributional bases of spontaneous trait transference and spontaneous trait inference. *Journal of Personality and Social Psychology*, *89* (6), 884-898.
- Carlston, D. E., Skowronski, J. J., & Sparks, C. (1995). Savings in relearning: II. On the formation of behavior-based trait associations and inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, *69* (3), 420-436.
- Cialdini, R. B., Borden, R. J., Thorne, A., Walker, M. R., & Freeman, S. (1976). Basking in reflected glory: Three (football) field studies. *Journal of Personality and Social Psychology*, *34* (3), 366-375.

- Cialdini, R. B., & De Nicholas, M. E. (1989). Self-presentation by association. *Journal of Personality and Social Psychology*, *57* (4), 626-631.
- Clayes, W. (1990). On the spontaneity of behavior categorization and its implications for personality measurement. *European Journal of Personality*, *4* (3), 173-186.
- Collins, A. M., & Loftus, E. F. (1975). A spreading-activation theory of semantic process. *Psychological Review*, *82* (6), 407-428.
- Craik, F. I. M., & Lockhart, R. S. (1972). Levels of processing: A framework for memory research. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, *11* (6), 671-684.
- Crawford, M. T., Skowronski, J. J., & Stiff, C. (2007). Limiting the spread of spontaneous trait transference. *Journal of Experimental Social Psychology*, *43* (3), 466-472.
- Crawford, M. T., Skowronski, J. J., & Stiff, C., & Leonards, U. (2008). Seeing, but not thinking: Limiting the spread of spontaneous trait transference II. *Journal of Experimental Social Psychology*, *44* (3), 840-847.
- Crawford, M. T., Skowronski, J. J., Stiff, C., & Scherer, C. R. (2007). Interfering with inferential, but not associative, processes underlying spontaneous trait inference. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *33* (5), 677-690.
- D'Agostino, P. R., & Beegle, W. (1996). A reevaluation of the evidence for spontaneous trait inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, *32* (2), 153-164.
- de Vega, M. (1995). Backward updating of mental models during continuous reading of narratives. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *21* (2), 373-385.
- Duffy, S. A. (1986). Role of expectations in sentence integration. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *12* (2), 208-219.
- Ebbinghaus, H. (1895). *Über das gedächtnis: Untersuchungen zur experimentellen psychologie*. Leipzig: Verlag Von Duncker & Humbolt.
- Ebbinghaus, H. (1895/1913). *Memory: a contribution to experimental psychology*. Ontario, CA: York University.
- Fiske, S. T. (1980). Attention and weight in person perception: The impact of negative and extreme behavior. *Journal of Personality and Social psychology*, *38* (6), 889-906.

- Freud, S. (1916-1917/1920). *A general introduction to psychoanalysis*. NY: Boni and Liveright.
- Gilbert, D. T., Pelham, B. W., & Krull, D. S. (1988). On cognitive business: When person perceivers meet persons perceived. *Journal of Personality and Social Psychology, 54* (5), 733-740.
- Glassman, N. S., & Andersen, S. M. (1999). Activating transference without consciousness: Using significant-other representations to go beyond what is subliminally given. *Journal of Personality and Social psychology, 77* (6), 1146-1162.
- Goren, A., & Todorov, A. (2009). Two faces are better than one: Eliminating false trait association with faces. *Social cognition, 27* (2), 222-248.
- Gross, D., Fisher, U., & Miller, G. A. (1989). The organization of adjectival meanings. *Journal of Memory and Language, 28* (1), 92-106.
- Hassin, R., & Trope, Y. (2000). Facing faces: Studies on the cognitive aspects of physiognomy. *Journal of Personality and Social Psychology, 78* (5), 837-852.
- Hastie, R., & Kumar, P. A. (1979). Person memory: Personality traits as organizing principles in memory for behaviors. *Journal of Personality and Social Psychology, 37* (1), 25-38.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. NY: Wiley.
- Hyde, T. S., & Jenkins, J. J. (1969). Differential effects of incidental tasks on the organization of recall of a list of highly associated words. *Journal of Experimental Psychology, 82* (3), 472-481.
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin, 114* (1), 3-28.
- Jones, E. E., & Davis, K. E. (1965). From acts to dispositions: The attribution process in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2, pp. 220-266)
- Kelley, H. H. (1967). Attribution theory in social psychology. In D. Levine (Ed.), *Nebraska symposium of motivation* (Vol. 15, pp. 192-238). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Lupfer, Clark, & Hutcherson (1990). Impact of context on spontaneous trait and situational attributions. *Journal of Personality and Social Psychology, 58* (2), 239-249.

- Mae, L., Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1999). Spontaneous trait transference to familiar communicators: Is a little knowledge a dangerous thing? *Journal of Personality and Social Psychology*, *77* (2), 233-246.
- Manis, M., Cornell, D., & Moore, J. (1974). Transmission of attitude-relevant information through a communication chain. *Journal of Personality and Social Psychology*, *30* (1), 81-94.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1980). The comprehension processes and memory structures involved in anaphoric reference. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, *19* (6), 668-682.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1986). Inferences about predictable events. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *12* (1), 82-91.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1988). Contextually relevant aspects of meaning. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *14* (2), 331-343.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1989). Semantic associations and elaborative inference. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *15* (2), 326-338.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1990). Textual inferences: Models and measures. In D. A. Balota, G. B. Flores d'Arcais, K. Rayner (Eds.), *Comprehension Processes in Reading* (pp.403-421). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Miner, M., & Park, D. C. (2004). A lifespan database of adult facial stimuli. *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, *46* (4), 630-633.
- Moskowitz, G. B. (1993). Individual differences in social categorization: The influence of personal need for structure on spontaneous trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, *65* (1), 132-142.
- Moskowitz, G. B. (2005). *Social cognition: Understanding self and others*. NY: Guilford Press.
- Nelson, T. O. (1971). Savings and forgetting from long-term memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, *10* (5), 568-576.
- Nelson, T. O. (1978). Detecting small amounts of information in memory: Savings for nonrecognized items. *Journal of Experimental Psychology*, *4* (5), 453-468.
- Nelson, T. O. (1985). Ebbinghaus's contribution to the measurement of retention: Savings during relearning. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *11* (3), 472-479.

- Nelson, T. O., & Vining, S. K. (1978). Effect of semantic versus structural processing on long-term retention. *Journal of Experimental Psychology*, 4 (3), 198-210.
- Newman, L. S., & Uleman, J. S. (1993). When are you what you did? Behavior identification and dispositional inference in person memory, attribution, and social judgment. *Psychological and Social Psychology Bulletin*, 19 (5), 513-525.
- Nicolas, S. (1992). Hermann Ebbinghaus et l'étude expérimentale de la mémoire humaine. *L'Année Psychologique*, 92 (4), 527-544.
- Park, B. (1986). A method for studying the development of impressions of real people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (5), 907-917.
- Park, B. (1989). Trait attributes as on-line organizaers in person impressions. In J. Bassili (Ed.), *On-line cognition in person perception* (pp. 39-59). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Park, B., & Flink, C. (1989). A social elations analysis of agreement in liking judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56 (4), 506-518.
- Park, B., & Judd, C. (1989). Agreement on initial impressions: Differences due to perceivers, trait dimensions, and target behaviors. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56 (4), 493-505.
- Pratkanis, A. R., Greenwald, A. G., Leippe, M. R., Baumgardner, M. H. (1988). In search of reliable persuasion effects: III. The sleeper effect is dead. Long live the sleeper effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (2), 203-218.
- Quattrone, G. A. (1982). Overattribution and unit formation: When behavior engulfs the person. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42 (4), 593-607.
- Ramos, T. M. (2009). *A flexible view of spontaneous trait inferences*. Lisboa: ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.
- Ratcliff, R. (1993). Methods for dealing with reaction time outliers. *Psychological Bulletin*, 114 (3), 510-532.
- Reder, L. M. (1979). The role fo elaborations in memory for prose. *Cognitive Psychology*, 11 (2), 221-234.
- Reichle, E. D., Carpenter, P. A., & Just, M. A. (2000). The neural bases of strategy and skill in sentence-picture verification. *Cognitive Psychology*, 40(4), 261-295.
- Reis, J., Ramos, T., & Ferreira, M. (em preparação). Pré-teste de comportamentos implicativos de traço e comportamentos neutros.
- Rescorla, R. A., & Wagner, A. R. (1972). A theory of Pavlovian conditioning: variations in the effectiveness of reinforcement and nonreinforcement. In A. H.

- Black & W. F. Prokasy (Eds.), *Classical conditioning II: Current research and theory* (pp. 64-99). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Roediger, H. L., III, & McDermott, B. (1995). Creating false memories: remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology*, *21* (4), 803-814.
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekanathan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of Personality and Social Psychology*, *9* (4), 283-294.
- Ryle, A. (2005). Cognitive analytic therapy. In J. C. Norcross & M. R. Goldfried (Eds.), *handbook of psychotherapy integration* (pp. 196-217). Oxford, NY: University Press.
- Shapiro, D., & Tagiuri, R. (1958). Some effects of response context on trait inferences. *Journal of Personality*, *26* (1), 42-50.
- Schneider, W., Eschman, A., & Zuccolotto, A. (2002). *E-Prime User's Guide*. Pittsburgh: Psychology Software Tools. Inc.
- Skowronski, J. J., Carlston, D. E., Mae, L., & Crawford, M. T. (1998). Spontaneous trait transference: Communicators take on the qualities they describe in others. *Journal of Personality and Social Psychology*, *74* (4), 837-848.
- Smith, E. R., & Miller, F. D. (1979). Salience and the cognitive mediation of attribution. *Journal of Personality and Social Psychology*, *37* (12), 2240-2252.
- Smith, E. R., & Miller, F. D. (1983). Mediation among attributional inferences and comprehension processes: Initial findings and a general method. *Journal of Personality and Social Psychology*, *44* (3), 492-505.
- Snodgrass, S. R. (1976). The development of trait inference. *The Journal of Genetic Psychology*, *128* (2), 163-172.
- Snyder, M., & Swan, W., B., Jr. (1978). Hypothesis-testing processes in social interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, *36* (11), 1202-1212.
- Stern, L. D., Marrs, S., Millar, M. G., & Cole, E. (1984). Processing time and the recall of inconsistent and consistent behaviors of individuals and groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, *47* (2), 253-262.
- Tesser, A., & Rosen, S. (1972). Similarity of objective fate as a determinant of the reluctance to transmit unpleasant information: The MUM effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, *23* (1), 46-53.

- Tesser, A., & Rosen, S. (1975). Similarity of objective fate as a determinant of the reluctance to transmit unpleasant information: The MUM effect. *Advances in Experimental Social Psychology*, 8, 193-232.
- Tesser, A., Rosen, S., & Tesser, M. (1971). On the reluctance to communicate undesirable messages (the MUM effect): A field study. *Psychological Reports*, 29 (2), 651-654.
- Todorov, A., Gobbini, M. I., Evans, K. K., & Haxby, J. V. (2007). Spontaneous retrieval of affective person knowledge in face perception. *Neuropsychologia*, 45 (1), 163-173.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2002). Spontaneous trait inferences are bound to actor's faces: Evidence from a false Recognition Paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83 (5), 1051-1065.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2003). The efficiency of binding spontaneous trait inferences to actor's faces. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39 (6), 549-562.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2004). The person reference process in spontaneous trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87 (4), 482-493.
- Trope, Y. (1974). Inferential processes in the forced compliance situation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10 (1), 1-16.
- Trope, Y. (1986). Identification and inferential processes in dispositional attribution. *Psychological Review*, 93 (3), 239-257.
- Trope, Y., & Bassok, M. (1982). Confirmatory and diagnosing strategies in social information gathering. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43 (1), 22-34.
- Trope, Y., Cohen, O., & Alfieri, T. (1991). Behavior identification as a mediator of dispositional inference. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61 (6), 873-883.
- Tulving, E. (1985). Memory and consciousness. *Canadian Psychology*, 26 (1), 1-12.
- Tulving, E., & Osler, S. (1968). Effectiveness of retrieval cues in memory for words. *Journal of Experimental Psychology*, 77 (4), 593-601.
- Tulving, E., & Pearlstone, Z. (1966). Availability versus accessibility of information in memory for words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 5 (4), 381-391.

- Tulving, E., & Thomson, D. M. (1973). Encoding specificity and retrieval processes in episodic memory. *Psychological Review*, *80* (5), 352-373.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgement under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, *185*, 1124-1131.
- Uleman, J. S., Blader, S. L., & Todorov, A. (2005). Implicit impressions. In R. R. Hassin, J. S. Uleman & J. A. Bargh (Eds.), *The New Unconscious* (pp. 363-392). New York: Oxford University Press.
- Uleman, J. S., Hon, A., Roman, R. J., & Moskowitz, G. B. (1996). On-line evidence for spontaneous trait inferences at encoding. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *22* (4), 377-394.
- Uleman, J. S., & Moskowitz, G. B. (1994). Unintended effects of goals on unintended inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, *66* (3), 490-501.
- Uleman, J. S., Rim, S., Saribay, A., & Kressel, L. M. (2012). Controversies, questions, and prospects for spontaneous social inferences. *Social and Personality Psychology Compass*, *6* (9), 657-673.
- Uleman, J. S., Winborne, W. C., Winter, L., & Shechter, D. (1986). Personality differences in spontaneous personality inferences at encoding. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51* (2), 396-403.
- Wegner, D. M., Wenzlaff, R., Kerker, R. M., & Beattie, A. E. (1981). Incrimination through innuendo: Can media questions become public answers? *Journal of Personality and Social Psychology*, *40* (5), 822-832.
- Wells, B. M., Skowronski, J. J., Crawford, M. T., Scherer, C. R., & Carlston, D. E. (2011). Inference making and linking both require thinking: spontaneous trait inference and spontaneous trait transference both rely on working memory capacity. *Journal of Experimental Social Psychology*, *47* (6), 1116-1126.
- Whitney, P., Davis, P. A., & Waring, D. A. (1994). Task effects on trait inference: Distinguishing categorization from characterization. *Social Cognition*, *12* (1), 19-35.
- Wigboldus, D. H. J., Dijksterhuis, & van Knippenberg, A. (2003). When stereotypes get in the way: stereotypes obstruct stereotyp-inconsistent trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, *83* (3), 470-484.
- Willis, J., & Todorov, A. (2006). First impressions: Making up your mind after a 100-ms exposure to a face. *Psychological Science*, *17* (7), 592-598.

- Winerman, L. (2013). Interesting results: Can they be replicated? In the wake of scandal, psychologists are encouraging more data sharing and replication studies. *Monitor on Psychology, February 2013, 44 (2)*, Print version: page 38.
- Winter, L., & Uleman, J. S. (1984). When are social judgments made? Evidence for the spontaneousness of trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology, 47 (2)*, 237-252.
- Winter, L., Uleman, J. S., & Cunniff, C. (1985). How automatic are social judgments? *Journal of Personality and Social Psychology, 49 (4)*, 904-917.
- Wishner, J. (1960). Reanalysis of "impressions of personality". *Psychological Review, 67 (2)*, 96-112.
- Wyer, R. S., Jr., & Gordon, S. E. (1982). The recall of information about persons and groups. *Journal of Experimental social Psychology, 18 (2)*, 128-164.
- Wyer, R. S., Jr., & Srull, T. K. (1986). Human cognition in its social context. *Psychological Review, 93 (3)*, 322-359.
- Zárate, M. A., Uleman, J. S., & Voils, C. I. (2001). Effects of culture and processing goals on the activation and binding of trait concepts. *Social Cognition, 19 (3)*, 295-323.
- Carrilho, M. J., & Patrício, L. (2010),
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=103155854&ESTUDOSmodo=2, Acedido em 10/02/2013.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos – Resultados definitivos: Portugal – 2011*,
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2, Acedido em 16/02/2013.

6. Outras leituras

- Ames, D. R., & Johar, G. V. (2009). I'll know what you're like when I see how you feel: How and when affective displays influence behavior-based impressions. *Psychological science, 20 (5)*, 586-593.

- Andersen, S. M., Glassman, N. S., Chen, S., & Cole, S. W. (1995). Transference in social perception: The role of chronic accessibility in significant-other representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, *69* (1), 41-57.
- Beller, H. K. (1971). Priming: Effects of advance information on matching. *Journal of Experimental Psychology*, *87* (2), 176-182.
- Borkenau, P. (1990). Traits as ideal-based and goal-derived social categories. *Journal of Personality and Social Psychology*, *58* (3), 381-396.
- Challis, B. H., & Brodbeck, D. R. (1992). Level of processing affects priming in word fragment completion. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *15* (2), 326-338.
- Dosher, B. A., & Corbett, A. T. (1982). Instrument inferences and verb schemata. *Memory & Cognition*, *10* (6), 531-539.
- Erickson, D. J., & Krull, D. S. (1999). Distinguishing judgments about *what* from judgments about *why*: Effects of behavior extremity on correspondent inferences and causal attributions. *Basic and Applied Social Psychology*, *21* (1), 1-11.
- Ferreira, M. B., Garcia-Marques, L., Hamilton, D., Ramos, T., Uleman, J. S., & Jerónimo, R. (2012). On the relation between trait inferences and intentional inferences: An inference monitoring hypothesis. *Journal of Experimental Social Psychology*, *48* (1), 1-12.
- Fiske, S. T., & Cox, M. G. (1979). Person concepts: The effect of target familiarity and descriptive purpose on the process of describing others. *Journal of Personality*, *47* (1), 136-161.
- Gilbert, D. T., & Malone, P. S. (1995). The correspondence bias. *Psychological Bulletin*, *117* (1), 21-38.
- Gilbert, D. T., & Osborne, R. E. (1989). Thinking backward: Some curable and incurable consequences of cognitive business. *Journal of Personality and Social Psychology*, *57* (6), 940-949.
- Hassin, R. R., Bargh, J. A., & Uleman, J. S., M. J. (2002). Spontaneous causal inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, *38* (5), 515-522.
- Hassin, R. R., Aarts, H., & Ferguson, M. J. (2005). Automatic goals inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, *41* (2), 129-140.
- Hastie, R. (1984). Causes and effects of causal attribution. *Journal of Personality and Social Psychology*, *46* (1), 44-56.

- Irwin, D. E., Bock, J. K., & Stanovich, K. E. (1982). Effects of information structure cues on visual word processing. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 21 (3), 307-325.
- Klein, S. B., & Loftus, J. (1990). Rethinking the role of organization in person memory: An independent trace storage model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (3), 400-410.
- Klein, S. B., Loftus, J., Trafton, J. G., & Führman, R. W (1992). Use of exemplars and abstractions in trait judgments: A model of trait knowledge about the self and others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63 (5), 739-753.
- Kressel, L. M., & Uleman, J. S. (2010). Personality traits function as causal concepts. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46 (1), 213-216.
- Lee, F., & Hallahan, M. (2001). Do situational expectations produce situational inferences? The role of future expectations in directing inferential goals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80 (4), 545-556.
- Lockhart, R. S., & Craik, F. I. M. (1978). Levels of processing: A reply to Eysenck. *British Journal of Psychology*, 69 (2), 171-175.
- Lucas, M. M., Tanenhaus, M. K., & Carlson, G. N. (1990). Levels of representation in the interpretation of anaphoric reference and instrument inference. *Memory & Cognition*, 18 (6), 611-631.
- Maass, A., Colombo, A., Colombo, A., & Sherman, S. J. (2001). Inferring traits from behaviors versus behaviors from traits: The induction-deduction asymmetry. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81 (3), 391-404.
- McCarthy, R. J., & Skowronski, J. (2011a). The interplay of controlled and automatic processing in the expression of spontaneously inferred traits: A PDP analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100 (2), 229-240.
- McCarthy, R. J., & Skowronski, J. (2011b). What will Phil do next? Spontaneously inferred traits influence predictions of behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 47 (2), 321-332.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1989). Assessing the occurrence of elaborative inference with recognition: Compatibility checking vs compound cue theory. *Journal of Memory and Language*, 28 (5), 547-563.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1990). Dimensions of inference. In A. C. Graesser and G. H. Bower, *The Psychology of Learning and Motivation: Volume 25. Inferences and Text Comprehension* (pp. 313-328). NY: Academic Press.

- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1992). Inference during reading. *Psychological Review*, 99 (3), 440-466.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1995). The minimalist hypothesis: Directions for research. In C. A. Weaver, S. Mannes, C. R. Fletcher (Eds.), *Discourse comprehension: Essays in honor of Walter Kintsch* (pp. 97-116). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Molden, D. C., Plaks, J. E., & Dweck, C. S. (2006). "Meaningful" social inferences: Effects of implicit theories on inferential processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42 (6), 738-752.
- Moskowitz, G. B. (1993). Person organization with a memory set: Are spontaneous trait inferences personality characterizations or behavior labels? *European Journal of Personality*, 7 (3), 195-208.
- Moskowitz, G. B., & Roman, R. J. (1992). Spontaneous trait inferences as self-generated primes: Implications for conscious social judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62 (5), 728-738.
- Newman, L. (2009). Have dispositional inferences been oversold? The role of trait judgments in the Multiple Inference Model. *Psychological Inquiry*, 20 (1), 44-47.
- Olson, G. M., Mack, R. L., & Duffy, S. A. (1981). Cognitive aspects of genre. *Poetics*, 10 (2-3), 283-315.
- Pyszczynski, T. A., & Greenberg, J. (1981). Role of disconfirmed expectancies in the instigation of attributional processing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40 (1), 31-38.
- Ramos, T., Garcia-Marques, L., Hamilton, D. L., Ferreira, M., & Acker, K. V. (2012). What I infer depends on who you are: The influence of stereotypes on trait and situational spontaneous inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, 1-10.
- Read, S. J., Jones, D. K., & Miller, L. C. (1990). Traits as goal-based categories: The importance of goals in the coherence of dispositional categories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (6), 1048-1061.
- Reeder, G. D. (2009). Mindreading: Judgments about intentionality and motives in dispositional inferences. *Psychological Inquiry*, 20 (1), 1-18.
- Reeder, G. D., & Brewer, M. B. (1979). A schematic model of dispositional attribution in interpersonal perception. *Psychological Review*, 86 (1), 61-79.

- Reeder, G. D., Vonk, R., Ronk, M. J., Ham, J., & Lawrence, M. (2004). Dispositional attribution: Multiple inferences about motive-related traits. *Journal of Personality and Social Psychology*, *86* (4), 530-544.
- Riemann, R., & Angleitner, A. (1993). Inferring interpersonal traits from behavior: Act prototypicality versus conceptual similarity of trait concepts. *Journal of Personality and Social Psychology*, *64* (3), 356-364.
- Rim, S., Uleman, J. S., & Trope, Y. (2009). Spontaneous trait inference and construal level theory: Psychological distance increases nonconscious trait thinking. *Journal of Experimental Social Psychology*, *45* (5), 1088-1097.
- Saribay, S. A., Rim, S. Y., & Uleman, J. S. (2012). Primed self-construal, culture, and stages of impression formation. *Social Psychology*, *43* (4), 196-204.
- Stecher, K. B., & Scott Counts, S. (2008). Spontaneous inference of personality traits and effects on memory for online profiles. In E. Adar, M. Hurst, T. Finin, N. S. Glance, N. Nicolov and B. L. Tseng (Eds.), *Proceedings of the Second International Conference on Weblogs and Social Media*, ICWSM 2008, Seattle, Washington, USA, March 30 - April 2, 2008. The AAAI Press, 2008.
- Stroop, J. R. (1935). Studies of interference in serial verbal reactions. *Journal of Experimental Psychology*, *18* (6), 643-662.
- Susskind, J., Maurer, K., Thakkar, V., Hamilton, D. L., & Sherman, J. W. (1999). Perceiving individuals and groups: Expectancies, dispositional inferences, and causal attributions. *Journal of Personality and Social Psychology*, *76* (2), 181-191.
- Thomson, D. M., & Tulving, E. (1970). Associative encoding and retrieval: Weak and strong cues. *Journal of Experimental Psychology*, *86* (2), 255-262.
- Todd, A. R., Molden, D. C., Ham, J., Vonk, R. (in press). The automatic and co-occurring activation of multiple social inferences. *Journal of Experimental Psychology*, 1-13.
- Todorov, A., & Olson, I. R. (2008). Robust learning of affective trait associations with faces when the hippocampus is damaged, but not when the amygdala and temporal pole are damaged. *Scan*, *3* (3), 195-203.
- Toth, J. P., Reingold, E. M., & Jacoby, L. L. (1994). Toward a redefinition of implicit memory: Process dissociations following elaborative processing and self-generation. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *20* (2), 290-303.

- Uleman, J. S. (1999). Spontaneous versus intentional inferences in impression formation. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual-Process Theories in Social Psychology* (pp. 141-160). New York: Guilford.
- Uleman, J. S., Newman, L. S., & Moskowitz, G. B. (1996). People as flexible interpreters: Evidence and issues from spontaneous trait inference. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 28, pp. 211-279). San Diego, CA: Academic Press.
- van Overwalle, F., Drenth, T. & Marsmann, G. (1999). Spontaneous trait inferences: Are they linked to the actor or to the action? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25 (4), 450-462.
- van Overwalle, F., & Labiouse, C. (2004). A recurrent connectionist model of person impression formation. *Personality and Social Psychology Review*, 8 (1), 28-61.
- van Overwalle, F., van Duynslaeger, M., Coomans, D., & Timmermans, B (2012). Spontaneous goal inferences are often inferred faster than spontaneous trait inferences. *Journal of Experimental Social Psychology*, 48 (1), 13-18.
- Wigboldus, D. H. J., Dijksterhuis, A., & van Knippenberg, A. (2003). When stereotypes get in the way: Stereotypes obstruct stereotype-inconsistent trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84 (3), 470-484.
- Wigboldus, D. H. J., Sherman, J. W., Franzese, H. L., & van Knippenberg, A. (2004). Capacity and comprehension: Spontaneous stereotyping under cognitive load. *Social Cognition*, 22 (3), 292-309.
- Wyer, Jr., R. S., Budesheim, T. L., Lambert, A. J., & Swan, S. (1994). Person memory and judgment: Pragmatic influences on impressions formed in a social context. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66 (2), 254-267.
- Zwaan, R. A., & Radvansky, G. A. (1998). Situation models in language comprehension and memory. *Psychological Bulletin*, 123 (2), 162-185.